

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISPOSITIVOS TÁTICOS NA SEGUNDA GUERRA PÚNICA E A QUESTÃO DO
MILITARISMO CÍVICO NA OBRA DE POLÍBIO: UMA REFLEXÃO ACERCA DO
LIMITE NORMATIVO DO MODELO OCIDENTAL DE GUERRA.

HENRIQUE MODANEZ DE SANT'ANNA

GOIÂNIA

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

HENRIQUE MODANEZ DE SANT'ANNA

DISPOSITIVOS TÁTICOS NA SEGUNDA GUERRA PÚNICA E A QUESTÃO DO
MILITARISMO CÍVICO NA OBRA DE POLÍBIO: UMA REFLEXÃO ACERCA DO
LIMITE NORMATIVO DO MODELO OCIDENTAL DE GUERRA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás como requisito para obtenção do grau de Mestre em História. Área de Concentração: Culturas, fronteiras e identidades. Linha de Pesquisa: História, Memória e Imaginários Sociais. Orientadora: Profa. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves

GOIÂNIA

2008

HENRIQUE MODANEZ DE SANT'ANNA

DISPOSITIVOS TÁTICOS NA SEGUNDA GUERRA PÚNICA E A QUESTÃO DO
MILITARISMO CÍVICO NA OBRA DE POLÍBIO: UMA REFLEXÃO ACERCA DO
LIMITE NORMATIVO DO MODELO OCIDENTAL DE GUERRA.

Dissertação defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História, nível Mestrado,
da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás,
aprovado em _____ de _____ de _____ pela Banca
Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Professora Doutora Ana Teresa Marques Gonçalves/UFG
Presidente

Professora Doutora Libertad Borges Bittencourt/UFG
Examinadora

Professor Doutor Vicente Carlos Alvarez Dobroruka/UNB
Examinador

Professor Doutor Luiz Sérgio Duarte da Silva/UFG
Suplente

GOIÂNIA
2008

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a profa. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves pela orientação e carinho com o qual me tratou nesses longos sete anos de convivência. Essa pesquisa só foi possível por suas incansáveis leituras, sugestões e incentivos com relação ao prosseguimento da vida acadêmica, especialmente no que se refere ao controle da minha ansiedade que, devo dizer, simboliza a tensão que reside no fato de produzir algo que possa honrar a competência da orientação.

Em seguida, agradeço ao prof. Dr. Vicente Dobroruka por ter aceitado integrar a banca examinadora deste trabalho. Desde a nossa primeira reunião em meados de 2006, soube o quanto o senhor poderia contribuir com o desenvolvimento da pesquisa, na medida em que seu comportamento profissional é regido pela seriedade e responsabilidade.

Com relação à banca examinadora, estendo os meus agradecimentos a profa. Dra. Libertad Borges Bittencourt, que gentilmente aceitou ler o meu trabalho, mesmo este não sendo de sua área específica de pesquisa. Obrigado também por ter colaborado de modo decisivo na minha formação, seja pelos conselhos eficientes ou pela atenção que me deu em momentos difíceis.

Desejo agradecer de modo especial aos meus pais, que em meio ao exercício antropológico do familiarizar o exótico (a começar pelos interesses profissionais do filho) aprenderam a apreciar com espanto a escolha pela sempre tensa carreira acadêmica. À Carolina, minha namorada, pelo apoio incondicional na escrita da dissertação. Sua presença foi fundamental nos momentos em que me senti incapaz, pois quando olhei para você pude enxergar inspiração e retirar forças para prosseguir na

construção de **nosso futuro**. A minha família, especialmente aos que me apoiaram e que merecem, assim como Carolina, todo o meu amor: Neyller, Fabíola e meu afilhado Ícaro.

Gostaria também de agradecer aos amigos de curso, bons companheiros nos momentos de incerteza: Dominique, Raul, Rafael, Lyvia, Luana, João Paulo, Raquel, Danielle e Alexandre (UnB). Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, pela confiança depositada em mim, especialmente à Neuza e Elaine, porque sempre solucionaram as minhas questões com atenção materna.

Aos professores Luiz Sérgio Duarte e Carlos Oiti pelas rápidas, mas fundamentais orientações de corredor, com ênfase a leitura na qualificação feita pelo prof. Luiz Sérgio. Ao prof. João Gouveia Monteiro, por ter me ensinado que gentileza e seriedade podem caminhar de mãos dadas; ao professor Barry Strauss, que me fez entender a amplitude da pesquisa, quando comentou meu projeto de doutorado e contribuiu para a compreensão da necessidade de estudar cada vez mais.

Por último, por se apresentar no campo de ação da saudade antecipada, aos meus amigos Aulo, Wellington, Guido, Renata e Alcinéia, e aos meus alunos da Universidade Estadual de Goiás, por terem contribuído com meu crescimento pessoal e profissional.

RESUMO

DISPOSITIVOS TÁTICOS NA SEGUNDA GUERRA PÚNICA E A QUESTÃO DO MILITARISMO CÍVICO NA OBRA DE POLÍBIO: UMA REFLEXÃO ACERCA DO LIMITE NORMATIVO DO MODELO OCIDENTAL DE GUERRA

Partindo do questionamento sobre a plausibilidade do produto historiográfico elaborado por Victor Davis Hanson, desenvolvemos uma outra análise possível da segunda guerra púnica, enfatizando as adaptações das táticas organizadas em cenário helenístico. O modelo ocidental de guerra, pensado de acordo com o sistema proposto por Geoffrey Parker, está submetido a um limite: o normativo. Isso significa dizer que suas fronteiras internas (o modo como concebe a ordem do passado e que age, portanto, como norma) possibilitam a aceitação da defesa armada de uma unidade de valores chamada ocidente, acentuando principalmente a construção do soldado-cidadão como superior em campo de batalha, submetendo-se a visão de Políbio, produzida no séc. III a.C.

Palavras-chave: guerra, tática, Políbio, ocidente.

ABSTRACT

From the question about plausibility of the historiographical product elaborated by Victor Davis Hanson, we developed another possible analysis of the Second Punic War, emphasize the tactics adaptation organized in the Hellenistic world. The western way of war, wondered according with the system proposed by Geoffrey Parker, it's submitted for a limit: the normative. It means to say that the borders (the way which past is organized and that acts, thus, as standard) to make possible the defense of the unity of values called west. It does emphasize specially the construction of the citizen-soldier like being superior on battlefield, submitting this approach to view by Polybius, in the third century BC.

Key words: warfare, tactic, Polybius, west.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I – O modelo ocidental de guerra.....	15
1.1 Aspectos da guerra ocidental	15
1.1.1. Tecnologia superior	15
1.1.2 Flexibilidade tática.....	18
1.1.3 Tradição militar agressiva.....	19
1.1.4 Disciplina	27
1.2 A questão das formas do mundo clássico e o limite normativo do modelo ocidental de guerra	33
CAPÍTULO II – Formação e percursos da tradição militar helenística: da reforma de Filipe II a Aníbal Barca	39
2.1 - O encontro das tradições.....	39
2.1.1. Os persas -	42
2.1.2 O mundo grego: do herói ao hoplita	46
2.2. Filipe II, Alexandre e o exército macedônio	53
2.3 O mundo romano: da reforma serviana ao séc. III a.C.....	60
CAPÍTULO III - A Segunda Guerra Púnica e a construção da "armadilha cívica" na obra de Políbio	67
3.1 Prelúdio da guerra	67
3.2. Os três momentos da Segunda Guerra Púnica.	70
3.2.1. Do cerco de Sagunto (218 a.C.) à batalha de Canas (216 a.C.).....	73
3.2.2. Da batalha de Canas (216 a.C.) ao consulado de Cipião, o Africano (205 a.C.).....	80
3.2.3. Do consulado de Cipião, o Africano (205 a.C.) à batalha de Zama (202 a.C.).....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90

INTRODUÇÃO

No rastro das palavras de Geoffrey Parker, reafirmamos que “toda cultura desenvolve seu próprio modelo de guerra” (PARKER, 2005: 1). Com isso, estabelecemos o vínculo entre o combate e as formas de significação do mesmo. As práticas militares (o choque de falanges, por exemplo) diferem das representações elaboradas acerca delas, mas somente possuem sentido quando inseridas em um discurso (enunciado localizado). Nesses termos, diante da inevitabilidade da significação, interessa-nos perceber o limite normativo do modelo ocidental de guerra (como o que é desdobrado da construção elaborada a partir do dever cívico), entendido como produto historiográfico que visa sustentar a supremacia militar do ocidente.

Este modelo, proposto por Victor Davis Hanson inicialmente em 1989 e expandido em sua polêmica obra *Por que o ocidente venceu* (2001), fixa a existência de uma tradição nascida no cenário das batalhas decisivas gregas. A perspectiva desenvolvida durante sua expansão retórica segue o estilo de escrita de Edward Creasy (1994) (jovem erudito britânico do século XIX), diferenciando-se somente pelo critério de seleção das batalhas analisadas¹.

Diante da preferência pelo choque frontal e da ênfase na disciplina militar (capacidade de manter-se coeso, evitar acessos de pânico e suprimir a capacidade combativa individual em prol da eficiência do grupo) encontra-se a construção da superioridade do soldado-cidadão. Eis a questão do militarismo cívico: os que teoricamente não possuem representação política não lutam tão arduamente quanto os

¹ Sem pretender estabelecer uma evolução nos modos de se fazer a guerra, Hanson procura selecionar as batalhas a serem analisadas por temas como, por exemplo, o militarismo cívico ou a concepção ateniense de liberdade.

que exercitam o consenso, pois “desconhecem” os motivos pelos quais os combates são travados.

A defesa de uma tradição que vincula Antigüidade Clássica ao ocidente moderno remete, em última instância, à apropriação e inserção dessa cultura militar em um discurso intencionado na legitimação de uma política internacional agressiva pautada no controle das diferenças políticas. Porém, o mérito de Victor Davis Hanson talvez seja perceber que as transformações no campo tático estão estreitamente ligadas aos modos de significação da prática militar.

Essa abordagem corresponde a um momento de afastamento da história militar com relação à imagem produzida em cenário alemão durante o século XIX (HANSON, 1999: 413). Em busca de construir uma identidade nacional assegurada no direcionamento racional das armas estatais, os oficiais prussianos Von Clausewitz e Von Bülow pensaram, respectivamente, a guerra como prolongamento da política nacional (a atuação militar era a seqüência lógica da diplomacia) e o mundo antigo como campo empírico ideal para a inspiração requerida na solução dos problemas nas relações internacionais.

No que se refere ao civismo militar, Hanson realiza (com a intenção de exemplificar ou ilustrar a supremacia do soldado-cidadão) uma análise da guerra anibálica, por acreditar que após a batalha de Canas (216 a.C.), na ocorrência mais improvável, a milícia romana pôde ser reconstruída e se tornou capaz de derrotar o exército de mercenários comandados por Aníbal (HANSON, 2001). Por discordarmos que o militarismo cívico tenha permanecido como elemento necessário à eficiência bélica (na manutenção da formação cerrada) da tradição clássica desde Filipe II e por

acreditarmos que a imagem do soldado-cidadão (tal qual produzida por Políbio) restringe a capacidade explicativa do modelo ocidental de guerra, consideramos prudente desenvolver uma análise da guerra anibálica, sustentada em dois níveis:

- 1) Inicialmente, tratamos da formação do pensamento tático helenístico disponível no séc. III a.C., enfatizando os diversos mecanismos de envolvimento a partir da adaptação das táticas empregadas por Alexandre, o Grande. Esta tradição militar² pode ser mapeada seguindo, inicialmente, a aproximação dos cartagineses com Xantipo, mercenário espartano conhecedor das táticas helenísticas, durante a primeira guerra púnica.
- 2) Em seguida, encaminhamos um estudo mais específico acerca da “armadilha cívica”, partindo de sua construção na obra de Políbio. Neste sentido, desenvolvemos em conjunto uma reflexão sobre alguns aspectos do combate executado via manobra envolvente, inserindo-os em uma abordagem que contemple a interpretação acerca da segunda guerra púnica.

Diante dos objetivos delimitados, consideramos eficaz dividir a dissertação em três capítulos, intitulados, respectivamente, “O modelo ocidental de guerra”, “Formação e percursos da tradição militar clássica: da reforma de Filipe II a Aníbal Barca” e “Dispositivos táticos na segunda guerra púnica e a construção da ‘armadilha cívica’ em Políbio”.

No primeiro capítulo, apresentamos reflexões referentes ao “modelo ocidental de guerra”, partindo dos elementos que o formam (suas bases) e de sua atuação retórica, isto é, a tentativa de fornecer evidências e construir argumentos com o intuito de sistematizar um modo de guerrear típico do ocidente. Hanson inicia com o

² Temos conhecimento de que a tradição militar helenística engloba táticas empregadas em guerras de cerco e marítimas, mas neste estudo permanecemos reduzidos às utilizadas em campo aberto, considerando que o objetivo central é a análise da segunda guerra púnica a partir dos dispositivos táticos empregados nesse tipo de batalha.

estudo de Salamina (480 a.C), e, no que se refere ao mundo clássico, constrói as bases de sua tese relacionando os valores militares helenos com os romanos (em Canas, 216 a.C.) e macedônios (331 a.C.).

No segundo capítulo, procuramos mapear a formação do pensamento tático dos comandantes cartagineses e romanos atuantes na guerra anibálica, aproximando planos de batalha e situando-os no que chamamos de tradição militar helenística. Uma vez que essas táticas, utilizadas por Aníbal e depois por Cipião, em Zama, são observadas em sua maioria como adaptações da manobra envolvente de tipo macedônico³ (organizada no século IV a.C. pelo pai de Alexandre Magno), somos obrigados a refletir sobre o surgimento do exército integrado macedônio, pensando as duas linhas de desenvolvimento militar que o formaram (FERRILL, 1997). De um lado, a tradição que marcou, de modos diversos, a guerra persa. Do outro, a guerra organizada em ambiente ocidental, da segunda metade do século VII ao V a.C. e que acompanhou a consolidação da *pólis* como unidade política autônoma. A partir do conceito de legião-hoplita, elaborado por Lawrence Keppie⁴ (1998), e da aceitação parcial do legionário como elemento de confluência dos tipos ideais surgidos no período homérico⁵ (BRIZZI, 2002), vinculamos a figura do legionário ao padrão hoplítico de guerra, pensando as diferenças entre as adaptações da tradição helenística, elaboradas por cartagineses e romanos.

O terceiro e último capítulo diz respeito à construção de Políbio no que se refere à apropriação e legitimação da guerra empreendida por um exército cívico em

³ Sistematizada por Filipe II (359-336 a.C), a manobra envolvente não pode ser confundida com um simples flanqueamento seguido do avanço da infantaria. Pressupõe algo mais complexo, como o vínculo constante (durante toda a batalha) entre ações da cavalaria e dos soldados de infantaria. Diante de suas várias formas (Aníbal empregava a manobra diferentemente de Alexandre, por exemplo), nunca pôde ser realizada sem excelentes tropas montadas, responsáveis por bater a cavalaria e pensar a infantaria inimiga, pela lateral ou retaguarda, retirando o espaço necessário para uma movimentação eficiente. Deste modo, restava ao adversário envolvido apenas a opção de combater por todos os lados.

⁴ Ver capítulo 2.

⁵ Ver capítulo 2.

detrimento da que é conduzida por mercenários ou por soldados que não sejam cidadãos. Em uma análise mais detalhada, os dispositivos táticos utilizados na segunda guerra púnica, assim como os momentos do emprego estratégico, são elucidados em uma narrativa que forma o contexto de afirmação da eficiência de táticas helenísticas (muitas vezes encaminhadas por tropas mercenárias⁶) diante da constante insistência na superioridade do exército cívico.

O corpo documental utilizado em nossa pesquisa é composto basicamente pelas obras *Ilíada*, de Homero; *História* (Livro IX), de Heródoto; a tragédia *Os Persas*, de Ésquilo; *Anábasis de Alejandro Magno* (Livros I – III), de Arriano; e *História*, de Políbio. Especificamente sobre a segunda guerra púnica, servimo-nos dos escritos de Políbio (203-120 a.C.), concentrando-nos na narrativa sobre a guerra de Aníbal.

O autor grego apresenta os precedentes da conquista do Mediterrâneo por Roma, tendo como método uma história pragmática (*pragmatikos tropos*). A narrativa de Políbio aparenta uma segunda fase do helenismo, uma vez que os conflitos entre romanos e cartagineses transferiram o cenário da produção literária grega de Alexandria e antigos centros para o entrecruzamento de povos mediterrâneos.

Iniciando com a exposição da estrutura que rege o modelo proposto por Hanson, prosseguindo com a sustentação de um percurso da tradição militar helenística, nosso trabalho se encerra com uma análise da construção da “armadilha cívica” como elaborada por Políbio, desenvolvendo reflexões sobre as táticas empregadas na segunda guerra púnica.

Desse modo, pretendemos perceber os limites quanto à aplicação do modelo ocidental de guerra por meio da análise dos dispositivos táticos utilizados na guerra de Aníbal, enfatizando a plausibilidade desta abordagem frente aos problemas enfrentados

⁶ Abordei esta temática de modo mais detalhado em artigo publicado na *Liber Intellectus*.

pelo discurso que afirma a superioridade bélica do soldado-cidadão, especialmente no que se refere à “armadilha cívica” e a problemática das formas no mundo clássico.

CAPÍTULO 1

O modelo ocidental de guerra

1.1. Aspectos da guerra ocidental

Segundo Geoffrey Parker, o “modelo ocidental de guerra” pode ser pensado a partir da combinação de cinco aspectos, resumidos em: tecnologia superior, capacidade rápida de resposta a possíveis melhoramentos bélicos, tradição militar agressiva, disciplina e a primazia da utilização do capital para a resolução de conflitos, substituindo em muitos casos a força militar (PARKER, 2005: 10). Pensamos que o último elemento implica a existência de uma economia globalmente articulada e que tenha o capitalismo como modelo.

Assim, consideramos conveniente desenvolver a análise referente ao modelo ocidental de guerra sem levar em consideração tal aspecto, uma vez que nosso interesse está centrado na formação dos fundamentos clássicos da guerra ocidental. Aplicando a “fórmula” de Parker ao nosso direcionamento temático, assumimos a interdependência dos quatro aspectos salientados, percebendo a “armadilha cívica” como seqüência lógica da disciplina ocidental, pautada na coesão da tropa mais próxima da agricultura que do profissionalismo marcial, e as fronteiras internas da História como questão que fixa um limite normativo ao modelo.

1.1.1. Tecnologia superior

Sustentar que o mundo ocidental foi marcado pela utilização de tecnologia superior em guerra não é o mesmo que dizer que todo recurso tecnológico bélico eficiente foi produzido necessariamente no Ocidente. Essa constatação nos remete a uma expansão da idéia de superioridade tecnológica, conduzindo-nos à percepção do uso letal de tecnologias estrangeiras. De acordo com o modelo ocidental de guerra, a capacidade de produzir ou adaptar esses recursos, juntamente com os demais aspectos, quase sempre compensou a inferioridade numérica.

Objetivando ilustrar a sustentabilidade do aspecto tecnológico, basear-nos-emos na adaptação letal dos maquinários de assédio utilizados na conquista de Tiro (332 a.C.), cidade fenícia submetida ao Império Persa quando da Campanha dirigida por Alexandre Magno. O cerco de Tiro parece ser o mais apropriado para a ênfase dada a este aspecto, uma vez que além de sitiá-la a cidade, os macedônios tiveram que construir uma ponte para garantir o acesso às muralhas da cidade.

A poliorcética diz respeito ao conjunto de técnicas envolvidas no ataque e na defesa de fortificações ou cidades e sem condições avançadas na execução dos cercos, a *anabasis*⁷ de Alexandre teria sido interrompida pela grandeza de uma muralha. Em outras palavras, a tecnologia empregada pelas tropas ocidentais sob comando do rei macedônio desempenhou papel crucial no decorrer da conquista do Império Persa, uma vez que os persas possuíam logística apurada e souberam se utilizar muito bem das vantagens defensivas.

De todos os casos de assédio, narrados por Arriano em sua obra *Anábasis* de Alexandre Magno, o mais decisivo parece ser o cerco de Tiro, dado à grande profusão na utilização de maquinários e artilharia. O direcionamento das atenções à região fenícia vinculou-se claramente à preocupação em assegurar o poderio marítimo e esgotar as

⁷ Campanha militar vitoriosa.

forças do Grande Rei antes de lhe dar a estocada final, com o aniquilamento da “resistência armada oficial”, ocorrida em Gaugamela (331 a.C.).

De acordo com Arriano, Alexandre teria dito irritado aos habitantes de Tiro, justificando o cerco e sua relevância na campanha, uma vez que a cidade fenícia mostrou-se hostil ao *hegemon* dos gregos:

“Se tomarmos Tiro, presumo que caia toda a Fenícia; e especialmente toda sua frota, que forma a maior e mais forte parte da esquadra persa, passará ao meu comando (...) E Chipre, vislumbrando isto, ou passará facilmente para o nosso lado, ou a tomaremos facilmente quando do ataque de nossa frota”.
(ARRIANO, *Anábais de Alejandro Magno*, 2, 17)

Tiro estava situada em duas ilhas, sendo que para seu assédio Alexandre mandou construir uma ponte por onde seu exército atravessaria até as muralhas. Obviamente, a construção da via de comunicação entre a velha e a nova Tiro (de uma ilha a outra) sofreu diversos ataques dos soldados fenícios, basicamente com navios e projéteis arremessados das torres da cidade. Diante da resistência armada que impedia a construção da ponte, Alexandre fez avançar duas torres de madeira cobertas de couro (o que praticamente anulava os efeitos dos projéteis inflamados, além de assegurar um contra-ataque aos navios e agir como escudo aos construtores), mas que foram rapidamente repelidas com um ataque fenício sustentado em dois níveis: a explosão de barcos carregados com materiais inflamáveis e a invasão da ponte em construção por soldados.

Finalmente, tendo Alexandre percebido que não poderia tomar Tiro sem consistente força naval, utilizou-se de parte de sua conquista e recrutou um número considerável de embarcações. Desse modo, pôde bloquear as entradas da cidade e forçar o confronto direto com as máquinas de assédio. Após insistentes tentativas, a parte sul da muralha cedeu e permitiu a invasão dos soldados macedônios, que escalavam os

muros danificados, adentravam a cidade que já não podia mais oferecer resistência e colocavam fim a um cerco que durava mais de seis meses.

1.1.2. Flexibilidade tática

Seguindo a idéia da potencialização das tecnologias militares, a cultura ocidental possibilitaria, de acordo com a proposta do “modelo ocidental de guerra”, o oferecimento de respostas rápidas a desafios advindos da prática militar. Em outras palavras, a tensão que reside na vontade de controle, ou seja, na elaboração da eficácia, torna-se dependente da tradição que advém dos gregos: “a abstração de formas ideais, edificadas em modelos, que se projetariam sobre o mundo e que a vontade teria como meta realizar” (JULLIEN, 1998: 9).

A essa resposta dada em prol da consolidação de uma eficácia que privilegia o desejo de controle do mundo, percebemos um tipo de aprimoramento tático (vinculado às disposições das tropas em campo de batalha). Seguindo essa direção, deve ser mencionada a adaptação da manobra envolvente feita por Cipião, pupilo e flagelo de Aníbal Barca. A manobra envolvente, tática desenvolvida por Filipe II ao longo do século IV a.C., combinava elementos de duas linhas de desenvolvimento militar: uma desenvolvida no Oriente Próximo (que primava pela utilização de cavalaria, infantaria levemente armada e logística apurada) e outra no mundo ocidental, especificamente grego (pautada na utilização de infantaria pesadamente armada, consolidada em valores de disciplina e liberdade estranhos ao mundo não-ocidental) (FERRILL, 1997: 223). Durante o século III a.C., o exército cartaginês foi reformado a partir da contratação do mercenário grego chamado Xantipo, que reestruturou todos os dispositivos táticos conhecidos por Cartago a partir do conhecimento da *anabasis* de Alexandre Magno.

Aníbal Barca, em sua expedição contra Roma, da submissão de Sagunto ao massacre de Canas (216 a.C.), utilizou-se das emboscadas e, nos casos mais decisivos, de diversos princípios da manobra envolvente. A própria batalha de Canas foi vencida a partir de uma reinvenção da manobra de Filipe II. Sendo assim, podemos afirmar o “exercício” de elementos da tradição militar clássica (a partir de seu sofisticado pensamento tático) por comandantes não-ocidentais, em especial com a intensificação das relações romanas e cartaginesas no mar Mediterrâneo.

Tendo observado Aníbal por quase 14 anos, Cipião desenvolveu uma nova adaptação da manobra envolvente, dependente da produzida pelo comandante cartaginês, mas que superava a movimentação regressiva de Canas⁸. Ao contrário de Barca, Cipião realizou em Zama um avanço das tropas, desdobrando-a e impedindo, desse modo, o envolvimento. O argumento está, portanto, vinculado à capacidade de resposta dada a possíveis melhoramentos bélicos e à grande flexibilidade tática do mundo ocidental, sendo as alterações táticas executadas muitas vezes em curto espaço de tempo.

1.1.3. Tradição militar agressiva

O tema que circunda a idéia de uma tradição militar pautada na agressividade diz respeito à busca por batalhas decisivas, isto é, direcionadas ao centro político e com resultados duradouros. Ao invés de evitar combates, a legitimidade do comandante ocidental reside em atingir resultados significativos em batalhas únicas e de grandes proporções.

⁸ Em outros termos, a tática de Aníbal em Canas produziu uma bolsa que provocou a centralização da investida legionária.

De acordo com John Lynn, quando Hanson busca universalizar o soldado ocidental, produz uma espécie de contraste asiático que se torna, por implicação, a defesa da existência de um soldado não-ocidental universal e estereotipado (LYNN, 2004). Nesse sentido, deve estar claro que o contraponto do modelo ocidental de guerra é impreciso e válido apenas como local de auto-afirmação no discurso que forma uma identidade bélica do ocidente, na medida em que são desconsideradas especificidades nas guerras tidas como orientais.

A agressividade da tradição militar ocidental pode ser percebida também, e talvez com maior clareza, na batalha de Gaugamela (331 a.C.), quando as forças do Grande Rei são derrotadas por Alexandre, o Grande.

Como observa o historiador Victor Davis Hanson, a “fórmula tradicional” que possibilitava na maioria das vezes a vitória do exército macedônio era a seguinte: “Parmênio agüenta firme; Alexandre ataca” (HANSON, 2001: 61) Evidentemente, Hanson privilegia a função da infantaria na execução de uma estrutura tática que se mostrou eficiente na conquista das cidades gregas até a destruição do grande rei, em Gaugamela.

Comandando a ala esquerda das tropas de Alexandre estava, quase sempre, o experiente Parmênio, tendo como contingente disponível tropas de infantaria apoiadas por alguns cavaleiros gregos e tessálios. Enquanto o corpo de soldados que compunha a temida falange macedônica avançava inspirada no modelo grego, a destacada cavalaria dos Companheiros⁹ buscava o envolvimento do inimigo, quebrando-lhe a resistência montada (sempre disposta nas alas) e desdobrando sua carga nos flancos da infantaria. Cumprindo uma função mais ofensiva e dirigida pelo rei em pessoa, os Companheiros acabavam por receber a glória da batalha. Neste sentido, a insistência quase irônica de

⁹ Destacamento composto por nobres macedônios, incluindo o rei.

Hanson na função tática de Parmênio permite voltar a atenção a um elemento central na compreensão das batalhas travadas por Alexandre durante a conquista do Império Persa: o exército macedônio é chamado de integrado porque soube combinar os melhores elementos de duas linhas de desenvolvimento militar antigas e não porque Alexandre era genial ou sua falange modificada melhor que a dos gregos¹⁰.

Com o fim da guerra do Peloponeso, a Hélade encontrava-se fragilizada e dois poderes emergiam em suas proximidades: os macedônios, ao norte, e os insistentes persas, a leste. O reino de pastores da Macedônia, que por meio de diversas alianças políticas e transformações táticas realizadas por Filipe II, tornava-se uma ameaça, pois exigia submissão dos gregos na medida em que seu rei reclamava o título de *hegemon* (chefe de expedição). Mesmo diante da proximidade cultural e econômica entre macedônios e gregos (cultuavam deuses em comum e mantinham relação comercial¹¹), a distância na forma de organização política era suficiente para certo estranhamento e recusa em aceitar Filipe como responsável por expulsar de vez a ameaça persa do território grego.

Apesar de sua resistência aos macedônios, expressas com vigor nos discursos do orador ateniense Demóstenes em rejeição às pretensões do pai de Alexandre, os gregos estavam diante de uma situação delicada: fragilizados no momento pós-guerra do Peloponeso, deveriam optar entre a submissão a Artaxerxes III (rei persa) ou a Filipe II (MOSSÉ, 2004: 16). Evidentemente, escolheram o povo cujo rei contratou Aristóteles para educação do príncipe herdeiro e que, grosso modo, partilhava de aspectos da cultura grega.

No momento inicial de consolidação da liga de Corinto (acordo firmado entre gregos e macedônios com o intuito de combater a ofensiva persa), Filipe foi assassinado

¹⁰ Este assunto será abordado de forma sistemática no capítulo 2.

¹¹ Os atenienses compravam madeira vinda da Macedônia.

em uma conspiração, muitas vezes atribuída a sua própria esposa. Diante de uma situação tão complicada, devido aos diversos filhos bastardos de Filipe e aos novos “membros” da família (nobres de cidades vizinhas que haviam se aliado a Macedônia), Alexandre aniquilou todos os possíveis candidatos ao trono (dentre eles, Amintas; Cleópatra, uma das esposas de Filipe; Átalos, seu tio, e toda sua família). Depois desse conjunto de assassinatos, foi eleito pela confirmação da assembléia militar constituída pelos guerreiros do reino (ANDERSON, 2001: 44), restando apenas consolidar a estratégia legada por seu pai.

Legitimado entre os aristocratas macedônios, Alexandre precisou firmar sua autoridade na Hélade, que já apresentava na irredutível Esparta e na inconstante Atenas princípios de revolta. Quanto aos atenienses, bastou a notícia da primeira incursão de Alexandre em direção aos helenos para acalmar-lhes o espírito. Segundo Arriano, os cidadãos de Atenas haviam conferido a ele legitimidade inclusive maior que a Filipe. Por outro lado, os espartanos insistiram, mesmo diante do massacre de Tebas (episódio posterior à submissão dos pequenos reinos dos tribalos e ilírios e que serviu de exemplo para os que questionavam a autoridade do rei macedônio), em negar auxílio militar para o combate dos persas. Os lacedemônios não tinham o hábito de servir como acompanhantes a ninguém, argumenta Arriano (ARRIANO, *Anábasis de Alejandro Magno*, 1, 3). Configurado o cenário de submissão dos pequenos reinos e cidades revoltosas, a exceção de Esparta, Alexandre partiu para o enfrentamento do grande rei com o apoio militar da maioria dos gregos e dos povos aliados à Macedônia desde a época de seu pai.

Dada a sua logística (abastecimento organizado) avançada o suficiente para fazer comunicar um império que se estendia da Índia às portas da Hélade, os persas aguardavam Alexandre e seu exército nas margens do rio Granico. Observado o risco

em submeter as tropas à travessia do rio e a conseqüente saraivada de flechas reforçadas pelo choque dos cavaleiros pesadamente armados¹², o rei macedônio optou por cruzar o rio com o destacado contingente dos Companheiros em um ponto distante dos olhos persas. Desse modo, garantiu a possibilidade de investir com sua cavalaria de elite contra uma das alas do exército do grande rei, desorganizando suas tropas e conferindo chance de travessia do rio pelo restante dos macedônios.

A frustração persa em conter o avanço ocidental para além das margens seguras do rio Granico fez com que Dario fosse forçado a combater Alexandre por terra, a fim de impedir que seu exército “passasse pela estrada da Síria” (MOSSÉ, 2004: 29). Deslocando suas tropas com este intuito, Dario fez frente a Alexandre em Isso, batalha na qual a cavalaria de Companheiros quebrou a resistência persa na ala direita e abriu caminho até Dario, fazendo com que o mesmo virasse seu carro e fugisse (HAMMOND, 2005: 108).

Após a retirada do grande rei e a destruição dos prováveis últimos contingentes de mercenários gregos no exército persa, Alexandre parece ter considerado estrategicamente prudente “quebrar o poder marítimo da Pérsia” (LÉVÈQUE, 1987: 12), submetendo as cidades portuárias que apoiavam o monarca oriental. Conquistadas, não sem grande esforço e perdas humanas, Tiro e Gaza constituíram uma etapa anterior à peregrinação ao oásis de Siva (onde Alexandre foi declarado deus por um sacerdote de Amon) e a fundação de Alexandria, a maior das construções que objetivavam, ao longo da campanha, “evidenciar uma presença militar e apaziguar cercanias”. (RICE, 2005: 61)

Somente após retornar do Egito, Alexandre partiu para o confronto definitivo com Dario na planície de Gaugamela, campo artificialmente nivelado e escolhido pelo

¹² Os cavalos persas eram ligeiramente maiores que os macedônicos e as “roupagens de guerra” dos persas mais pesadas (HANSON, 2001: 80).

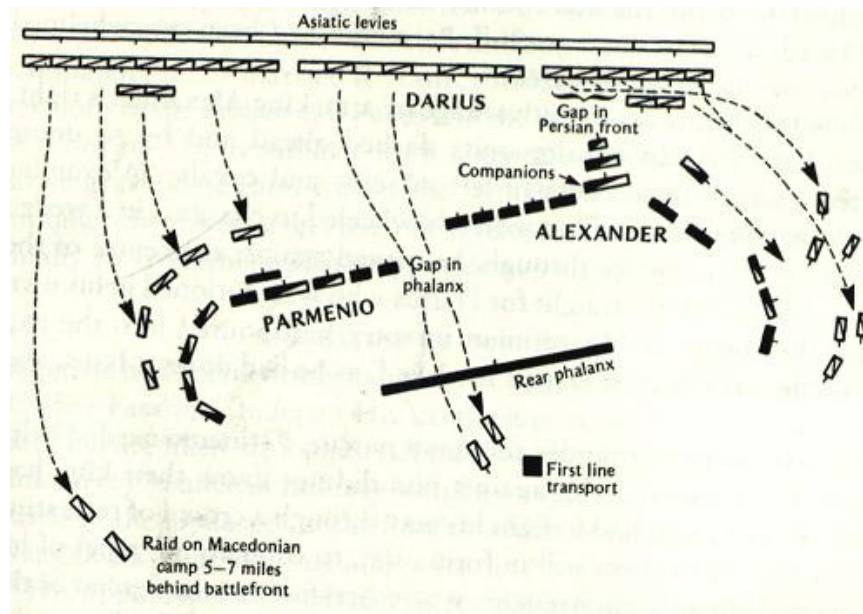
grande rei. Dada a natureza do local, os persas pensavam corretamente que o exército macedônio não poderia sustentar uma batalha de cavalaria em campo aberto, justamente o estilo de guerra em que estavam habituadas as tropas asiáticas. Além disso, o combate em um terreno desses tornava visível a grande fraqueza da falange, isto é, a exposição de seus flancos, seja pela quantidade superior de inimigos ou pela inexistência de recursos naturais empregados na proteção das alas (montanhas ou rios, por exemplo).

Dispondo seu exército nos padrões ensinados por seu pai, Alexandre acreditava que poderia girar todo o exército na medida em que avançasse para a direita e Parmênio agüentasse firme na ala esquerda, pressionada a todo instante por levadas de ataques da cavalaria indiana e bactriana. Nesse sentido,

“o rei persa seria forçado a enviar sua ala esquerda para cercar a ala direita de Alexandre e bloquear o movimento dos macedônios – enfraquecendo assim suas próprias companhias centrais no esforço de barrar o rei macedônio” (HANSON, 2001: 68)

Dario estava confiante nos seus carros de guerra, todos armados com foices e, portanto, capazes de romper profundas colunas de infantaria. No entanto, situados no contexto de guerra ocidental do século IV a.C., os carros de guerra já não representavam grande perigo, uma vez que as tropas que precediam a pesada infantaria de choque inutilizavam a todos eles com uma chuva de projéteis (pedras, flechas e dardos)¹³. (ARRIANO, *Anábasis de Alejandro Magno*, 3, 13)

¹³ Em sua maioria, a introdução maciça das armas de arremesso por Filipe II como prévia para o choque da infantaria pesada está intimamente ligada ao surgimento do guerreiro peltasta ao longo do século V a.C.



Batalha de Gaugamela (331 a.C.). In: FERRILL, 1997: 209.

O fracasso dos carros de guerra parece ter sido compensado pela força da cavalaria enviada com o objetivo de destruir a ala esquerda do exército macedônio. Diante dos bactrianos e indianos, Parmênio foi obrigado a dobrar cada vez mais a sua linha, tentando a todo custo evitar que o inimigo atacasse sua retaguarda. Por fim, tendo percebido que a situação não poderia ser contida por muito tempo, tratou de enviar um mensageiro a Alexandre solicitando “operações de auxílio”. (WARRY, 1991: 66)

Provavelmente por ter recebido a notícia da retirada do grande rei, as forças montadas que atacavam a ala esquerda do exército macedônio recuaram. Durante a manobra evasiva, se chocaram frontalmente com Alexandre e seus Companheiros, o que ocasionou uma sangrenta batalha de cavalaria, situação na qual o estado caótico promovido pelo acaso foi a única tática a ser seguida. A esse respeito, Arriano narra que:

“(…) cada um se esforçava por abrir caminho por si mesmo, prestes a dar e receber golpes, vendo que esta era a única via de salvação possível, como gente que combate não em uma luta que beneficia a

outros, mas sim por sua salvação própria e pessoal”. (ARRIANO, *Anábasis de Alejandro Magno*, 3, 15)

Na seqüência da batalha decisiva de Gaugamela, devido ao fato dos persas não conseguirem mais oferecer resistência abastecida por tropas das diversas regiões do vasto império, Alexandre se apossou de Susa e Babilônia (capitais do Império Persa) e incendiou Persépolis (possivelmente objetivando recobrar os ânimos de seus homens, dada a enorme perda sofrida na batalha). Ao longo da fuga de Dario para as províncias mais limítrofes de seu reino, Besso, sátrapa da Bácia, o assassinou e se afirmou o novo grande rei, evento que conduziu Alexandre a uma luta pela legitimidade do título que agora lhe era conferido.

Segundo Victor Davis Hanson, Alexandre venceu a resistência persa, do Granico ao Hidaspes, pela mesma razão que os gregos do período clássico venceram Maratona, Salamina e Platéia: a cultura que primava pela batalha frontal e decisiva não apostava nas emboscadas e na mobilidade das tropas. (HANSON, 2001: 70) Em última instância, a obrigatoriedade na oficialização do local e momento do combate e a resolução dos “problemas políades” pelo choque direto das falanges, endossavam uma tradição ligada à disciplina e à busca constante por resultados duradouros, o que era de acordo com o modelo ocidental de guerra, superior em termos de eficiência bélica.

Em uma perspectiva que leva em consideração toda a *anábasis* de Alexandre Magno, pode-se sustentar a fixação de um padrão de combate que nos conduz não somente à compreensão da especificidade do comando macedônico (pautada na coragem pessoal, dada a função tática desempenhada pelos Companheiros), mas também ao direcionamento das forças ao centro de funcionamento do inimigo. Excluindo as inovações nos armamentos e as funções táticas desempenhadas pelos falangistas (que foram alteradas apenas parcialmente), a guerra feita pelos macedônios continuou a carregar, no que se refere ao emprego da infantaria e da estratégia, boa

parte dos valores (evidentemente re-significados) desenvolvidos pela guerra helênica do século V a.C.

1.1.4. Disciplina

Disciplina militar ocidental pode ser entendida como capacidade de garantir coesão e bloquear acessos de pânico que comprometam a formação, a partir da unidade na marcha e nos demais movimentos. Nas palavras de Geoffrey Parker, é a “habilidade de agüentar firme diante do inimigo, (...) sem conceder mecanismos para impulsos naturais de medo ou pânico” (PARKER, 2005: 3). Deste modo, em termos ocidentais, disciplina está vinculada a um tipo específico de infantaria, concebida na tradição clássica pela formação hoplita e pelas legiões romanas. Apesar da necessidade de utilização de tropas montadas, essas sempre foram relegadas à categoria de auxiliares ou, quando conquistaram espaço político (os eqüestres nos fins da república romana, por exemplo), mantiveram-se à margem no estabelecimento de virtudes militares. Em última instância, a garantia das fronteiras do Império romano ou da supremacia política *políade* era assegurada pela infantaria pesadamente armada e consolidada no ideal da disciplina. Nesse sentido, disciplina deve ser entendida nos termos de Ardant Du Picq (1860), isto é, como “uma instituição, uma tradição” (DU PICQ, apud: FERRILL, 1989: 30).

Durante as guerras greco-pérsicas, os valores que demarcam o modelo ocidental de guerra podem ser percebidos com grande clareza, especialmente o ideal de disciplina ocidental, tal qual defendido por Hanson. De acordo com Harry Sidebottom, as guerras greco-pérsicas fixaram no pensamento grego a dicotomia entre guerra ocidental e guerra feita por persas ou “bárbaros”. Os gregos combatiam por liberdade e buscavam batalhas

campais, decisivas e, portanto, enriquecidas pela coragem, enquanto os persas estavam sempre a serviço de um rei impetuoso e que punia com crueldade todos os seus súditos, caracterizados de escravos covardes (SIDEBOTTOM, 2004: 7). A construção grega de uma covardia persa está vinculada, como nos mostra Sidebottom, a um processo de masculinização do infante ocidental em contraposição à feminização do cavaleiro e arqueiro persa.

A própria afirmação de que o exército persa era composto de forças montadas e arqueiros de grande capacidade integra este construto do século V a.C., uma vez que em sua maioria a força armada do grande rei era formada de infantaria organizada em padrões completamente distintos da tradição grega¹⁴.

Em uma cratera grega encontrada no sul da península itálica, datada de aproximadamente 440 a.C., podemos perceber claramente uma construção identitária que opõe em termos militares ocidental e “bárbaro”.



¹⁴ O maior exemplo da relevância da infantaria no exército persa é a tropa de elite do grande rei: os imortais. A guarda pessoal de um Dario ou de um Xerxes era composta de soldados a pé treinados para o choque na linha de frente (em moldes completamente distintos dos infantes gregos, insisto) e não de cavaleiros.

Decoração de uma cratera grega do sul da Itália, datada de aproximadamente 440 a.C. In: SIDEBOTTOM, 2004: 14.

No lado esquerdo notamos um hoplita grego. Segundo Sidebottom, “o modelo ocidental de guerra personificado” (SIDEBOTTOM, 2004: 14), representado com um corpo trabalhado para a guerra, com a genitália a mostra (o que indica sua legitimidade na ação guerreira) e, o mais óbvio, combatendo a pé, fixado no solo. No lado oposto, um cavaleiro persa, em uma posição boa para evitar o choque frontal e escapar da batalha. Interessante perceber que seu órgão sexual permanece escondido (o que aponta para o caráter afeminado e vida ao redor da luxúria e riqueza persas), enquanto a posição de seu cavalo e sua mão esquerda na rédea indicam um princípio de fuga.

Em *Os Persas*¹⁵, de Ésquilo, a imagem do numeroso exército persa comandado por Xerxes, composto de cavalos, arcos e flechas persiste, mas sob um aparente contra-senso: as tropas persas são extremamente fortes, mas explicitam a covardia na medida em que evitam o choque frontal nos termos gregos ou não possuem seu ardor combativo:

“(...) ele (Xerxes) movia braços e naus sem conta, e fustigando seus corcéis sírios levava ao ataque heróis que a lança de Ares, detentor do arco vencedor, glorificava” (ÉSKUÍLO, *Os Persas*, 100 – 104)
“enquanto o eco repetia nos rochedos de Salamina os cordes estrepitosos. O terror apossou-se de todos os bárbaros, frustrados em suas fugazes esperanças; de fato, não era para fugir que os gregos estavam entoando hinos retumbantes, e sim para empenhar-se numa luta árdua, cheios de confiança e combatividade” (ÉSKUÍLO, *Os Persas*, 503 – 510)

¹⁵ O caráter específico desta tragédia reside no fato de Ésquilo ter sido, provavelmente, um ex-combatente de Salamina. *Os Persas* diz respeito ao desastre sofrido pelos Aquemênidas durante a invasão do território grego, particularmente na batalha de Salamina. Interessante notar que a peça se passa na capital do Império Persa e não em alguma *pólis*. Isso se deve ao fato de que na tragédia os gregos saem vitoriosos e cobertos de glória, enquanto os persas caminham rumo ao desespero e a desgraça. Em se tratando de um enredo trágico, nenhum local poderia ser melhor para o desenrolar da narrativa do que o lar dos desgraçados.

A aparente contradição na imagem que os gregos construíram dos persas, tendo como base as informações de Ésquilo, leva em consideração o caráter afeminado dos asiáticos, mas sem reduzi-los em valentia. Os persas são covardes, afeminados, dados à servidão e não lutam tão arduamente quanto os gregos, mas são, ao mesmo tempo, adversários numerosos, valentes e fortes. A aparente contradição produz um sentido que não exclui as duas caracterizações. Ao invés disso, vincula todas elas em uma lógica de legitimação (na medida em que são adversários fortes), identificação (não são gregos), hierarquização (portanto, inferiores) e, conseqüentemente, exclusão (covardes e servis).

Dezoito anos antes da primeira encenação da tragédia de Ésquilo¹⁶, os gregos lutavam em Maratona, em resposta às tropas enviadas pelo grande rei com o intuito de punir os revoltosos de Ionia, gregos então submetidos ao poderio persa e que receberam apoio dos atenienses¹⁷. Em 480 a.C., de acordo com J. E. Lendon, Xerxes, filho de Dario I e representante direto de Ahura Mazda, veio pessoalmente punir o velho e o novo insulto e submeter toda a Grécia ao seu domínio” (LENDON, 2005: 59).

Diante dos elementos que apontam para uma marcha massiva dos persas em direção ao território grego, torna-se necessário enfatizar que a campanha do grande rei nas guerras greco-pérsicas não possui caráter de destruição absoluta. Após submeter a Tessália, os persas teriam que passar pela Beócia e foram bloqueados nas Termópilas (o estreito possibilitou a resistência de um pequeno grupo de hoplitas e a dificuldade de ancoragem eliminou boa parte da frota naval persa), local onde foi travada a batalha sem a participação dos atenienses, que haviam se desentendido com os espartanos.

Talvez devido à pressão exercida pela esmagadora força persa, um traidor grego revelou ao inimigo uma passagem alternativa ao estreito defendido por

¹⁶ A primeira encenação data de 472 a.C.

¹⁷ Importante ressaltar que alguns gregos da Iônia permaneceram, mesmo em Salamina, aliados aos persas.

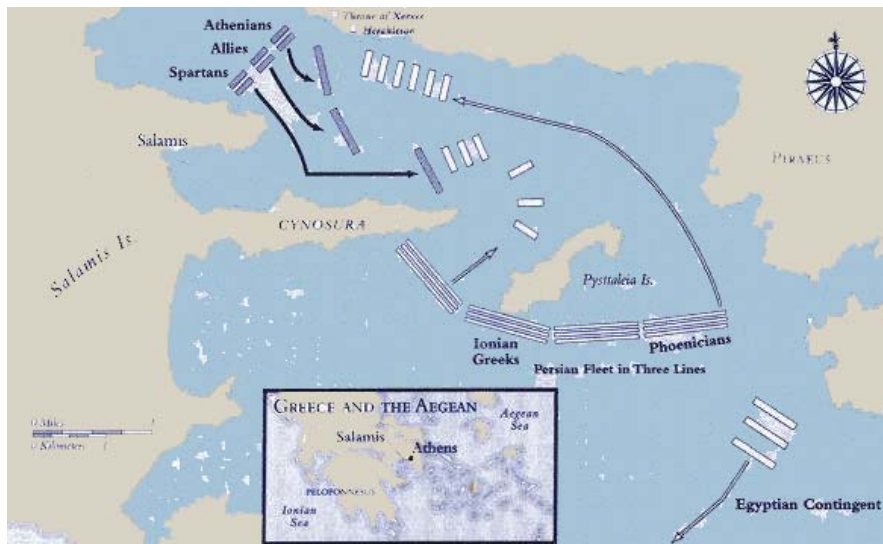
espartanos, fócios e locrianos. Embora protegida pelos fócios, a passagem foi conquistada à força e tornou ainda mais delicada a situação do comandante Leônidas.

Com a perda da Beócia, a estratégia grega deveria primar pelo enfraquecimento da frota naval persa, uma vez que qualquer tentativa de enfrentamento decisivo em terra firme poderia abrir espaço para ataques surpresa, realizados por tropas persas desembarcadas nas costas do exército estacionado¹⁸. Sendo assim e diante do fracasso em Termópilas, os gregos deveriam buscar apoio dos atenienses e de sua frota naval.

Porém, reconheciam que a participação de Atenas dependia de dois pré-requisitos: “uma batalha naval devia ser travada logo após a evacuação da Ática; e deveria acontecer em uma área-tampão entre os persas e a vulnerável população civil dos próprios atenienses” (HANSON, 2001: 41). Os gregos que insistiam em travar o combate no estreito de Salamina sabiam que regiões como estas favorecem exércitos mais “pesados” e em menor número, pois impossibilitam o envolvimento promovido por uma linha de frente naturalmente maior e intensificam o pânico na retaguarda, já que a coluna inevitavelmente ganha profundidade.

Acampados nas ilhas e sem o controle continental, os gregos se defenderam em duas linhas de frente contra três dos persas, sendo que a ala ateniense fazia frente aos fenícios e a lacedemônia aos iônios. Dada à estreiteza da região, nos primeiros choques de embarcações a imensa armada de Xerxes não foi capaz de manter a organização e suportar os golpes de aríetes de bronze das trirremes gregas, sofrendo diversas baixas em seu contingente.

¹⁸ A essa percepção devemos anexar a preocupação com o resultado nostálgico em Artemísion, simultâneo às Termópilas.



Batalha de Salamina (480 a.C.) In: HANSON, 2001: 45.

Poucos dias após Salamina, o grande rei reuniu parte de seu exército e marchou de volta para casa, deixando como responsável Mardônio. Em pouco tempo, a ofensiva grega enfrentaria o contingente persa então acampado mais ao norte, em Platéia, batalha que deve ser pensada como a vitória final dos gregos sobre os persas a partir do “contexto de sucesso tático, estratégico e espiritual de Salamina” (HANSON, 2001: 40) Tal afirmativa possui sentido uma vez que, em Platéia, os persas combateram seguindo as ordens de Mardônio (comandante persa encarregado das atividades bélicas), e, portanto, “sem o rei Xerxes, sem sua frota massacrada e sem suas melhores tropas, que haviam morrido afogadas em Salamina” (HANSON, 2001: 40).

Em todo o conflito armado entre gregos e persas podemos observar, nos termos de Hanson, “características militares ocidentais” (HANSON, 2001: 47), que obviamente transitam de acordo com o sistema proposto por Parker. De fato, seríamos negligentes caso não observássemos: 1) a eficiência no emprego de armaduras de bronze em contraposição às cotas de malha persas; 2) a percepção, após Termópilas e Artemísio, da necessidade de rachar o domínio marítimo persa; 3) a busca constante por

batalhas decisivas e 4) o caráter disciplinado de suas tropas, que mesmo no mar, insistiam na força pela coesão e sincronia.

Porém, afirmar que o sentimento cívico grego permitiu que o soldado-cidadão lutasse mais arduamente que o persa, implica submeter o espírito à “armadilha cívica”, pois considera as questões referentes aos valores envolvidos na guerra da mesma forma que os gregos do século V a.C. De um lado, os homens que decidiram o porquê do combate; de outro, os soldados submetidos à vontade de um rei impetuoso e que não podiam expressar seu desejo de não lutar.

Retomando a relação entre disciplina e ênfase no emprego da infantaria, torna-se interessante ressaltar que o vínculo que se estabelece entre a disciplina característica do mundo ocidental e a agressividade peculiar de sua tradição militar é tão evidente quanto profundo. Uma vez que a máxima eficiência encontrada na utilização de uma formação pesada e disciplinada de infantaria produziu a busca constante pela resolução de guerras em batalhas decisivas, não podemos descartar sua relação.

Em outras palavras, a cultura clássica sistematizou uma concepção de guerra que está pautada no aniquilamento pelo choque frontal, em contraposição ao que Keegan trata como “guerra limitada” (KEEGAN, 2006), isto é, regida por rituais que impedem ou evitam o massacre em campo aberto e desconhecem a relação entre batalha decisiva, choque frontal, disciplina e militarismo cívico (elemento que garante a simplificação das habilidades envolvidas no manejo das armas e produz uma sustentação da disciplina como solução ao pânico causado pela inexperiência dos soldados nas práticas militares).

1.2. A questão das formas do mundo clássico e o limite normativo do modelo ocidental de guerra

O estabelecimento de um padrão de guerrear característico do mundo ocidental explicita a intenção de legitimar a atuação militar do Ocidente (frequentemente liderado pelos Estados Unidos) nas consideradas “áreas de tensão”. Personifica o exemplo ideal para a condução da crítica que aponta o paradoxo do sistema de governo moderno, ou seja, a tentativa de promoção da democracia como forma superior de governo (pautada no consenso e na liberdade) é frequentemente acompanhada de violações dos princípios democráticos (RÜSEN, 1997: 83).

A guerra que marcou o século XX pode ser pensada como fruto de um processo de intensificação na militarização nacional, vinculada quase sempre ao estabelecimento de uma economia capitalista forte e à expansão do “projeto modernizador”, que em âmbito político tem a ver com a fixação dos governos democráticos. Segundo John Keegan, o desdobramento desta militarização levou ao estado em que o mundo se encontra, isto é, a frustração diante da impossibilidade de unir dois códigos públicos: o dos “direitos inalienáveis” (a liberdade e a vida) e o da abnegação para a realização estratégica (KEEGAN, 2006: 80). Neste sentido, devido à máxima letalidade das armas nucleares, a perspectiva de guerra mundial tende a perder cada vez mais espaço para ceder lugar não a uma pacificação geral, mas à realização do que chamamos de “guerras de ajuste”, isto é, intervenções militares em regiões “tensas” devido a seus governos ou culturas distantes das concepções de liberdade produzidas no mundo ocidental capitalista.

Como processo de construção de identidade, o modelo ocidental necessariamente “orientaliza”, hierarquiza e exclui¹⁹. Os diversos níveis de orientalismo dizem respeito a um mundo oriental construído (unificando por estruturas narrativas

¹⁹ Para análise mais detalhada do processo de construção de identidades a partir da negação do outro e de sua conseqüente exclusão, ver as reflexões de Stuart Hall. Ao mesmo tempo em que a identidade constrói um sentido, o faz por meio da hierarquização do diferente. Esta lógica excludente é sempre relacional, legitimando práticas de certos grupos ao mesmo tempo em que forma esses grupos (HALL, 2000).

regiões e culturas completamente distintas) de forma estranha à análise das práticas discursivas que conferem às construções certa precisão hermenêutica. Este tipo de exclusão do “outro” pode ser notada em posicionamentos como os do historiador Donald Kagan (1996), que trata a condução da democracia como sendo vinculada à manutenção da superioridade militar americana.

Ao lado da “imaginação do outro”, o modelo organizado inicialmente pelo historiador Victor Davis Hanson sustenta a existência de uma tradição militar ocidental, fundada na retórica da continuidade, mas precavida das diversas especificidades históricas. Em linhas mais detalhadas, um conjunto de valores articulados que demarcam a atuação militar ocidental no decorrer de mais de dois mil anos de história, dos gregos antigos ao mundo moderno, compõem um padrão de guerra que não é só específico, mas também superior²⁰.

Seguindo esta idéia, cabe a interrogação acerca da plausibilidade científica do “modelo ocidental de guerra”, uma vez que já o localizamos a partir de sua relação com as intenções de estabelecimento da supremacia bélica ocidental. Em outras palavras, de acordo com os pressupostos metódicos (regras de pesquisa empírica) e conceituais produzidos a partir da atualização constante dos três princípios da consciência histórica (a relação dialética entre tradição e liberdade – pensada como discurso, a cientificidade da construção do passado e a defesa de que os eventos situados no passado não são indiferentes uns aos outros)²¹ (ARON, 1992: 103), qual pode ser a validade do modelo proposto por Hanson?

²⁰ Como esta tradição militar foi, segundo Hanson, “fundada” no mundo clássico, as ilustrações para os aspectos que se seguem encontram-se pautadas quase sempre em casos do mundo greco-romano (HANSON, 2001).

²¹ A atualização dos três elementos parece ser o ponto central para a compreensão do que foi dito acerca da consciência histórica. De um lado, sabemos que a idéia de liberdade existe somente como discurso e que, exatamente por isso, confere especificidade a esse modo de pensamento. Em segundo lugar, a cientificidade na reconstrução do passado está vinculada a novas formas de conceber a objetividade histórica, especialmente no que se refere às possibilidades intersubjetivas. Por último, as relações estabelecidas entre eventos não são mais percebidas como existentes fora da narração, uma vez

Nesse sentido, poderíamos refletir, no que se refere ao construto proposto por Hanson, sobre a seguinte questão: existem valores que permitem a afirmação de um ocidente, iniciado com os gregos e continuado pela longa “Idade Média” até o “dinâmico” tempo moderno? Essa é a questão da qual se ocupa Hanson pelo menos desde seu doutoramento e, em nosso trabalho, a que menos interessa. Estamos preocupados com as duas possíveis posturas desdobradas da aceitação de uma unidade chamada “ocidente”.

De um lado, encontra-se a solidariedade sustentada por países (como os Estados Unidos) que justificam a atuação militar nos lugares marginais a essa “unidade cultural”. A perspectiva que pretende libertar de acordo com os critérios envolvidos na questão do militarismo cívico assegura nas reinvenções do passado clássico, um emprego voltado para normatizações culturais cada vez mais questionáveis (na medida em que são desnaturalizadas).

De outro, a partir da percepção do que é específico ao ocidente, emerge a crença na necessidade urgente de fazer dialogar culturas distintas. Embora uma das principais questões dessa postura seja a dificuldade de se obter consenso quanto a uma “estrutura comum de organização cognitiva”, a perspectiva intercultural parece atenta à ampliação da possibilidade de diálogo aberta pelas modificações nos vários âmbitos da vida social (a massificação do uso da internet, por exemplo).

Se por um lado ações incomunicáveis emergem em um cenário que faz ecoar de modo fragmentado direitos de minorias (direcionando os sujeitos para uma partilha de sentido deslocada das demais), por outro o esforço de alguns em avançar no diálogo aponta para a função de um saber que se ocupa, ou pelo menos pretende se ocupar, da interpretação de valores.

que assumimos a postura de “*tell a story*”. Neste sentido, a relação entre eventos é parte da forma, isto é, de todo o esforço narrativo do historiador em conceder ao passado uma unidade.

Em linhas mais detalhadas, um conjunto de valores articulados que demarcam a atuação militar ocidental no decorrer de mais de dois mil anos de história, dos gregos antigos ao mundo moderno, compõem um padrão de guerra que não é só específico, mas também superior. Em nossa dissertação, procuramos focar, assim como o fez Norberto Luiz Guarinello em conferência proferida no ano de 2003 e publicada na revista *Politéia*, às artificialidades dessas fronteiras internas produzidas no conhecimento histórico.

No entanto, a análise das formas que conferem sentido ao passado caótico serve aqui um propósito específico: a percepção do parâmetro fixado por parte da historiografia inglesa, especialmente a partir das unidades projetadas ao passado clássico e de suas relações com a atuação militar ocidental nas chamadas “áreas de tensão”. Nesse sentido, a maneira como Hanson constrói o passado grego declara as intenções de organização dos eventos que caracterizam o que se convencionou chamar de “história da Grécia antiga”.

Em primeira instância, tal história nunca pôde existir a não ser como coerência inventada. Os integrantes das pólis jamais compreenderam (e nem poderiam) uma noção de raça grega ou unidade nacional grega. Quando nos referimos aos gregos antigos, permanecemos muitas vezes fixados em um padrão de cidade-estado que corresponde apenas às situações menos típicas em todo o universo políada: Atenas e Esparta. Em segunda instância, a “vontade de realidade” deseja disciplinar o passado como algo que se deixa observar em plenitude, ou seja, como unidade que pode ser resgatada pelo historiador.

A abordagem elaborada por Hanson carece de reflexões sobre a apreciação do passado como forma e isso possibilita que apenas os elementos que dão um tipo de sustentação (a existência de uma unidade chamada ocidente) ao modelo sejam

apresentados de forma sólida. Em outras palavras, o caráter normativo (que diz respeito às relações de força constituintes do construto historiográfico) não é trabalhado. Assim, podemos localizar o contexto de enunciação do modelo e, por dedução, as formas pré-estabelecidas que atuam como parâmetro ou norma na construção do passado clássico, e que implicam no desenvolvimento da “armadilha cívica”. Somente quando uma unidade ocidental é assumida como possível e quando exemplos históricos (percebidos por meio dessas formas pré-estabelecidas) são analisados, o soldado-cidadão emerge como superior aos demais.

A partir da análise da postura que, segundo apontamos, torna-se problemática na medida em que (a) assume a forma “ocidente” como natural e (b) sucumbe a maneira como documentos não cartagineses (a exemplo de Políbio) interpretam a segunda guerra púnica, consideramos interessante refletir sobre a formação da tradição militar helenística para, então, produzir uma interpretação da guerra anibálica que leve em consideração aspectos ignorados pelo modelo ocidental de guerra.

CAPÍTULO 2

Formação e percursos da tradição militar helenística: da reforma de Filipe II a Aníbal Barca

2.1. O encontro das tradições

Em primeiro lugar, devemos insistir na existência de uma tradição militar iniciada com os gregos a partir da reforma hoplítica, modificada pelo contato com os persas, potencializada com a reforma atribuída a Filipe II e consistente no mundo ocidental pelo menos até o século III a.C. Além disso, sustentamos a pluralidade dos percursos assumidos por essa tradição através de uma circulação de idéias referentes à guerra, efetivada, por exemplo, com a contratação de mercenários encarregados de reformar exércitos não-ocidentais.

O ponto que une os dispositivos táticos empregados durante a segunda guerra púnica e os desenvolvidos a partir da reforma do exército macedônico incorpora justamente o caráter ofensivo e os princípios de envolvimento existentes nos planos de batalha. Aníbal Barca havia adaptado táticas como a manobra envolvente, surgida pela inversão do princípio defensivo, característico da batalha de hoplitas. Assim, torna-se necessário recorrer ao mapeamento das tradições que possibilitaram as inovações táticas do século IV a.C. e que foram difundidas entre os comandantes cartagineses durante a reforma elaborada pelo mercenário Xantipo.

Essa assertiva nos conduz tanto à aceitação da postura que defende os comandantes cartagineses como conhecedores dos diversos aspectos que caracterizam o

combate ocidental, especialmente as aplicações da manobra envolvente, como também a reflexões acerca do conceito de tática, a fim de precisarmos com certo controle nossa linguagem. Neste sentido, buscamos apoio no cenário prussiano de princípios do século XIX, momento em que Von Clausewitz dirigia vigorosos ataques à filosofia de Von Bülow. Consideramos prudente tal aproximação devido ao fato do debate entre ambos comandantes ser vital para o entendimento das diferenças entre tática e estratégia, sem gerar exclusão entre os dois conceitos. Além disso, parece central que mesmo se tratando de posturas modernas, a geometria de Bülow está em parte inspirada no mundo antigo.

A acusação de imprecisão ou carência de racionalidade satisfatória no que diz respeito aos conceitos de tática e estratégia propostos por Bülow parece-nos em parte válida, na medida em que estratégia como sendo “todos os movimentos fora do efeito do canhão” (ARON, 1992: 77) se torna algo problemático. Relembrando Clausewitz, o fim da estratégia (ao menos quando nos referimos às práticas militares ocidentais) é o combate e não sua ausência. De acordo com o oficial prussiano:

“Dado que todas essas decisões em grande parte só poderão assentar em suposições que nem sempre se realizam, e que um grande número de outras disposições mais detalhadas não podem ser tomadas antecipadamente, resulta que a estratégia tem de acompanhar o exército no campo de batalha para que, no próprio local, se tomem as disposições de detalhe necessárias e se proceda às modificações gerais que se impõem incessantemente. **De modo que a estratégia não pode em nenhum momento retirar-se do combate**²²” (CLAUSEWITZ, 1996: 171).

Em outras palavras, a estratégia passa a ser entendida como a aplicação do combate, visando uma ligação ao fim da guerra (a destruição de Cartago, por exemplo)

²² Grifo nosso.

e a tática como o emprego das forças armadas no combate²³. Seguindo ainda mais de perto Clausewitz, embora ele não tenha compreendido que existam várias naturezas para a guerra (KEEGAN, 2006) e que as pretensões racionais no conflito armado sejam apenas discurso (o mesmo que confere à guerra uma única natureza), sustentamos que o objetivo do comandante antigo que aplica a manobra envolvente de tipo macedônico é o aniquilamento completo das forças inimigas em combate.

Esta tática, conforme apresentamos no capítulo anterior, sintetiza os aspectos delimitadores do modelo proposto por Hanson, mas exclui a necessidade do correlato cívico. Sendo assim, a partir de uma aproximação equilibrada entre as teses apresentadas por Arther Ferrill, em *The origins of war*, e por Victor Davis Hanson, durante a elaboração do modelo ocidental de guerra, buscamos explicar os dispositivos táticos empregados na segunda guerra púnica por meio das utilizações distintas da manobra envolvente.

A falange macedônica é frequentemente percebida como resultado de um melhoramento da falange de *hoplitas*. Tal afirmação está parcialmente correta, na medida em que considera apenas uma tradição militar. De acordo com Ferrill, antes de Filipe II, existiam duas linhas independentes de desenvolvimento militar: uma característica do oriente próximo, organizada nos fins do Paleolítico e que compôs a guerra feita pelos egípcios, assírios e persas, e outra característica do mundo grego, fundamentada no emprego da infantaria pesadamente armada (FERRILL, 1997).

Com a reforma do exército macedônico, as duas tradições foram combinadas e possibilitaram a elaboração da manobra de envolvimento baseada na interdependência da cavalaria de choque e da infantaria disciplinada. Nesse sentido, as acusações

²³ Um exemplo que esclarece essa distinção é a batalha das Termópilas. A escolha do local e sua ocupação objetivando resistir ao avanço persa, por exemplo, compõem uma estratégia espartana. Já a disposição dos hoplitas no estreito e o choque frontal com os soldados persas, por sua vez, constituem a tática espartana.

dirigidas à proposição de Ferrill enfatizam a atenção dada em demasia ao oriente próximo em detrimento do mundo ocidental. Em última instância, o professor da Universidade de Washington teria conduzido o leitor ao erro da inversão, pois exageraria a influência das culturas orientais na organização da arma mais letal que o ocidente conheceu pelo menos até Cipião, o Africano.

No que diz respeito à formação da manobra envolvente e de sua participação no pensamento tático helenístico, intentamos assumir um posicionamento que não descarte a fusão cultural marcante da reforma macedônica (desdobramento da revolução militar do século V a.C.) e que não ignore a validade do modelo proposto por Hanson. Grandes historiadores, como J. F.C. Fuller (1997), Liddell Hart (1982) e Edward Creasy (1994) desconheciam a relevância da tradição desenvolvida no oriente próximo para a formação do exército macedônico e, conseqüentemente, da manobra envolvente. Sendo assim, devemos refletir (mesmo que de forma breve) sobre a composição histórica das duas tradições militares, iniciando pela mais antiga delas.

2.1.1. Os persas

Quando pensamos na linha de desenvolvimento militar característica do oriente próximo, estamos nos referindo à composição de uma tradição que envolve um conjunto de elementos referentes aos armamentos e às práticas militares de culturas aproximadas simplesmente pelo modo como faziam a guerra. O conceito relevante nesses termos é o de “guerra organizada”, isto é, um ato legítimo de violência²⁴ que implica na existência de tropas com capacidade básica de formação. Segundo Ferrill, o emprego da organização em linha para o ataque e em coluna para a marcha são

²⁴ Legítimo porque precisa ser justo, de acordo com o discurso de quem realiza a guerra.

invenções pré-históricas, juntamente com as fortificações de caráter defensivo e as armas de curto e médio alcance (FERRILL, 1997: 13).

De acordo com Ferrill, os indícios encontrados nos fins do paleolítico e durante o neolítico possibilitaram o estabelecimento de um vínculo entre a guerra pré-histórica e a desenvolvida no oriente próximo, especialmente na relação entre egípcios, assírios e persas. A ligação se dá, em um nível inicial, pelo conhecimento de armamentos e táticas que foram empregadas e desenvolvidas basicamente pelos povos situados na região do Crescente Fértil e próximos ao Nilo. Em um nível mais avançado, se afirma por meio do emprego de infantaria organizada (leve e pesada), combinada aos flanqueamentos aplicados pelas forças de cavalaria (em alguns casos, apenas com os carros de guerra) e ao aprimoramento de uma logística expressa tanto na convocação de tropas quanto nos ataques a fortificações.

Nesse sentido, são apresentadas as práticas marciais persas quando do encontro com a tradição hoplítica no séc. V a.C., especialmente pela organização cada vez mais notória do recrutamento e emprego de cavalos na guerra, além da especialização de tropas de infantaria, mas sempre em um nível completamente diferente do conhecido entre os gregos.

Entre 521 e 486 a.C., durante o governo de Dario I, o império estava dividido em vinte províncias e a fronteira egípcia era no século V a.C., portanto, apenas mais um componente (FERRILL, 1997: 80). Devido à vasta extensão do território imperial, os requisitos exigidos para sua defesa apresentavam uma sofisticação logística sem precedentes no oriente próximo.

Esquematizando, os persas tiveram que enfrentar problemas maiores em quatro frentes: ao norte, com os citianos, próximos ao mar negro; a leste, na Sogdiana e na Bactria, frequentemente atacadas por hordas nômades; a noroeste com os gregos e

pouco mais tarde com os macedônios; a sudoeste com os egípcios, que se mantiveram como freqüente foco de tensão.

O exército utilizado nessas frentes de batalha era composto por uma força heterogênea e sem grande coesão tática. O armamento da infantaria persa consistia basicamente no arco (ainda que os soldados portassem uma pequena lança e adaga) e um pequeno escudo feito de vime. Os contingentes advindos das satrapias eram tão variados quanto o próprio império, existindo diferenças no material usado para a composição das armaduras (em escamas, couro ou tecido), das armas (arco simples, composto, lança de arremesso ou de combate corpo-a-corpo) e da organização das tropas.

A forma de distribuição de tropas tão diversificadas atendia talvez a possibilidade mais evidente, isto é, a divisão em números. O exército “desmembrava-se” em unidades de dez, de milhares de homens até apenas poucos soldados. Obviamente, esse também era o caso dos Imortais, elite persa que compunha a guarda pessoal do imperador, cotada em aproximados dez mil membros.

Segundo Ferrill (1997: 83), o exército persa apresentava duas grandes fraquezas: a inexistência de infantaria pesadamente armada e a carência de coesão tática, estimulada pela heterogeneidade das tropas. No que diz respeito às linhas de centro do exército, os infantes munidos de armamentos leves não fez diferença considerável até o contato com os gregos mostrar o inverso. No entanto, embora os persas tenham aprendido ao longo do século V a.C. que contratar mercenários gregos era eficiente, tal aproximação nunca exerceu uma influência reformadora, que desenvolvesse no exército persa uma alteração²⁵ completa em sua deficiente infantaria²⁵.

²⁵ Deficiente para o choque contra uma infantaria pesada.

O outro ponto a ser desenvolvido se refere à desarmonia tática das tropas formadas por diversas etnias e que compunham o exército do Grande Rei. Os dispositivos táticos não podiam variar muito devido às limitações impostas pela infinidade de disposições e especialidades do contingente. Isso não significa dizer que o exército persa fosse uma massa de soldados confusos, pois já vimos que sua organização estava pautada em unidades de dez e tanto o posicionamento das tropas montadas quanto o dos infantis se encontrava previamente estabelecido. A questão aqui é outra: tropas heterogêneas, dispostas de diversas formas e contadas por números não inspiravam grandes variações táticas, devido à carência na combinação harmônica de suas especialidades.

Diante do pioneirismo assírio em destacar unidades de cavalaria, mesmo mantendo os carros de guerra como elite das tropas de choque e do vínculo de sua prática militar com a dos egípcios e a dos persas, podemos concluir três situações.

Em primeiro lugar, no Egito, especialmente no Reino Novo, o exército encontrava-se altamente organizado, tendo desenvolvido técnicas surgidas pelo menos desde o fim do paleolítico e disposto as tropas de modo a possibilitar com grande eficiência seu deslocamento em diversas campanhas fronteiriças.

Entre os assírios, os carros de guerra adaptados pelos egípcios produziram um desdobramento relevante, isto é, as tropas montadas de arqueiros. A cavalaria não pôde disputar espaço em campo de batalha com os consolidados carros de guerra, mas notamos neste momento um indício do que depois será ampliado com os persas. Especialmente a partir dos combates travados na Lídia, o rei Ciro percebeu o “potencial tático” da cavalaria (FERRILL, 1997: 84), dispendo-as nas alas, em posição de investir contra os flancos ou retaguarda do inimigo. Neste momento e, por dedução, quando os

persas enfrentaram os gregos no século V a.C., o carro de guerra havia perdido espaço para as tropas montadas, sendo utilizados apenas em ocasiões esporádicas.

Paralelamente a tradição militar desenvolvida no oriente próximo, estabelecia-se de modo independente e em uma perspectiva bastante diversa, um padrão de guerra que caracterizará o mundo grego dos fins do séc. VIII a.C. a partes do V a.C., até a revolução militar ocorrida com o choque entre essas duas tradições por séculos desconhecidas uma da outra. Sendo assim, prosseguimos nossa análise a partir do estudo acerca dos fundamentos da guerra helênica.

2.1.2. O mundo grego: do herói ao hoplita

A batalha no período homérico sempre foi tratada em oposição àquelas travadas a partir do século VII a.C., quando a coesão pode ser constituída na figura do soldado-cidadão pesadamente armado. A guerra homérica era pensada quase como um conjunto de duelos dirigidos pelos dardos arremessados por heróis sedentos de combates individuais. Partindo de Joachim Latacz (1979), W. K. Prichett (1971-1990) e Hanson (1989) afirmam que a panóplia hoplita destacada na *Ilíada* era incompatível com o combate individualizante. Sendo assim, a construção de uma “luta de heróis”, pautada na capacidade marcial do guerreiro e na mobilidade das tropas, deve ser repensada.

De acordo com Claude Mossé, o fato do chefe de campanha homérico dispor sempre de um conselho (composto de reis ou anciãos) e de poder organizar uma assembléia de guerreiros em acampamento militar produz o problema referente à “emergência da dimensão política anunciadora da cidade-estado” (MOSSÉ, 1984: 88). Isso significa dizer que tanto o princípio da organização hoplita quanto a questão do

exercício de consenso (em maior ou menor número) característico da *pólis* clássica já estavam expressos nos fins do período homérico.

A postura de Hans Van Wees parece-nos satisfatória, pois encara que não existe contradição entre a presença de armamentos hoplitas em alguns dos guerreiros da *Ilíada* e a “formação móvel e aberta de combate” (WEES, 1994: 131). Para isso, parte de duas observações gerais a respeito da obra de Homero: a heterogeneidade do equipamento dos heróis e a presença do elemento fantástico, especialmente no que se refere a esse equipamento.

Segundo Wees, a escolha da lança e da espada como principais armas para o combate corpo-a-corpo, o desaparecimento do carro de guerra no cenário da batalha (percebido a partir de aproximadamente 700 a.C.) e a diferença gradualmente fixada entre os guerreiros levemente e pesadamente armados (o que acarretou em perda de prestígio para o primeiro) ilustram uma disparidade significativa entre o modo de guerrear no período homérico e no clássico. Por outro lado, ainda servindo-se de Homero, enfatiza a eficiência na colaboração, mesmo que momentânea, entre guerreiros ou heróis. Observando o desdobramento deste aspecto no período clássico, percebemos que o fundamento da falange clássica é justamente o “suporte mútuo oferecido por todos os combatentes” (WEES, 1994: 148) Sendo assim, podemos sustentar que as oposições entre homérico e clássico são fruto de um posicionamento dualista e, portanto, simplista.

Deve estar claro que alguns princípios da organização hoplítica, assim como armamentos usados por hoplitas, já se encontravam disponíveis no período homérico e foram aos poucos ganhando espaço, mas que existiam especificidades bélicas no contexto construído por Homero e que, portanto, o diferenciam do momento posterior.

Exemplo disso é a batalha entre Heitor e Aquiles, travada sob a cólera do filho de Tétis²⁶.

Tendo aceitado o combate, Heitor hesitou em enfrentar Aquiles abertamente até que Atena agiu em favor do Pelida e confundiu o troiano. Diante do inevitável e mortal confronto, o filho de Príamo apenas pôde solicitar um acordo em prol da realização das honras fúnebres ao perdedor. A esse pedido, que comprova a relação direta existente entre a bela morte e os cuidados com o morto, Aquiles respondeu:

“Odiosíssimo Heitor, não me fales em pactos solenes.
Como é impossível entre homens e leões haver paz e
confiança,
ou que carneiros e lobos revelem iguais sentimentos,
pois nutrem ódio implacável e danos meditam recíprocos,
não pode haver entre nós amizade nenhuma, nem
pactos
ou juramentos solenes, até que um de nós caia morto
e, com seu sangue, a Ares forte sacie, o guerreiro
incansável” (HOMERO, *Ilíada*, 22, 261-267)

Às ofensivas palavras de Aquiles seguem-se o arremesso de lanças e a subsequente luta corpo-a-corpo. Portando a valiosa armadura de Pátroclo, Heitor sucumbe pela hasta longa enterrada em seu pescoço e, com a faringe intacta, reclama em vão que seu corpo não seja “atirado aos cães”. Aquiles, personificação da *lyssa*, isto é, a “embriaguez que se apossava do guerreiro homérico durante o combate” (MOSSÉ, 1984: 143), fura os tendões do príncipe e arrasta seu corpo para longe das impenetráveis muralhas de Tróia.

A luta entre Aquiles e Heitor, juntamente com os duelos entre Ajax e Heitor, Páris e Menelau, Diomedes e Enéias ilustram um modo de guerrear que é definitivamente diverso do encontrado no decorrer do período arcaico. Assim, a

²⁶ A *Ilíada* trata antes da fúria do aqueu Pelida do que da guerra de Tróia. Esta é apenas o cenário para que o guerreiro busque sua bela morte (VIDAL-NAQUET, 2002: 53).

consideração da oposição entre a guerra homérica e de hoplitas não deve ser retomada, mas a postura que sustenta exclusivamente o princípio de guerra hoplítica devido à natureza dos armamentos homéricos representa, em nossa opinião, uma inversão do erro.

A partir das reflexões elaboradas acima, podemos sustentar que existem dois modelos a serem pensados na guerra homérica e que, de certo modo, definiram o contexto subsequente de consolidação da falange hoplítica: o diomedeano e o odisseano.

Talvez o apontamento mais natural para o modelo de herói como ser solitário e dedicado à tensão singular sublimada no enfrentamento de um “igual” seja Aquiles. No entanto, existe uma relação de interdependência entre esses dois tipos que não pode ser ignorada. Como salienta Giovanni Brizzi, Aquiles poderia encarnar o símbolo da *lyssa*, isto é, da embriaguez obtida na batalha por meio da realização plena da capacidade combativa individual, se formasse com Odisseu “um par insolúvel, cujos membros se completam alternativamente de forma admirável” (BRIZZI, 2002: 12). No entanto, Diomedes é quem forma um par de eficiência inquestionável com Odisseu e que é capaz de derrotar o grande Ájax em combate simulado, além de conseguir com sucesso provocar Agamênon. Diomedes é, ao lado do Pelida, o herói mais forte da *Iliada* e pelos motivos detalhados acima, está mais próximo de poder incorporar a força do guerreiro que desponta por sua qualidade individual.

Do outro lado, Odisseu é o herói *polýmetis*, astúcia personificada, encarnada nos estratagemas elaborados sempre levando em consideração o poder da coesão. Mesmo o cavalo de Tróia, que teria sido uma idéia de Atena apenas aplicada por Odisseu, não deixa de lado o emprego de um grupo de homens envolvidos em um mesmo fim, regidos a todo instante pelo princípio da unidade da ação. Desse modo,

Odisseu passa a ser entendido como o padrão de conduta que delimitou o fundamento da falange hoplítica. Gradualmente, os gregos passaram a assumir esse tipo de formação, incorporando valores bélicos que sustentaram por mais de dois séculos a postura de manter-se na ordem, sem abandonar o posto (*eutaxis*).

Existe um ponto central que deve ser pensado quando tratamos do contexto de surgimento e consolidação do modelo helênico de guerra: a revolução hoplítica não deve ser entendida a partir da ‘invenção’ de novos armamentos (que conduziram lentamente ao cada vez mais rigoroso choque frontal), pois muitos já eram empregados por povos vizinhos, mas sem o caráter de batalha decisiva e disciplina presentes nos embates travados por soldados gregos. Estes equipamentos não eram, definitivamente, propriedades particulares do hoplita²⁷ (SNODGRASS, 1965: 113).

Desse modo, a solução parece residir na noção de “iguais”, que aponta para o aparecimento da *pólis* como unidade autônoma que deve ser defendida por seus cidadãos, todos capazes de pagar a própria panóplia. A defesa da cidade por soldados não-profissionais implica em uma prática que alimenta o dever cívico em detrimento da habilidade individual atingida pelo treinamento contínuo do arco ou da montaria, por exemplo. Segundo Hanson, “a escolha da resposta militar para a vitória ou proteção de territórios, com a ascensão da *pólis*, foi um padrão cívico” (HANSON, 2004: 203), expresso na utilização constante de infantaria pesadamente armada.

Deve estar claro, conforme demonstramos ao longo deste capítulo, que a ‘organização militar’ remonta a pelo menos fins do paleolítico e que atinge no século VIII a.C. nível próximo ou superior ao conhecido por gregos no período arcaico. Sendo assim, um ponto relevante para a reflexão parece ser a disciplina, elemento de inovação tática que incorpora um conjunto de convenções da guerra grega.

²⁷ J. F. Lazenby e David Whitehead chegam a afirmar que existe uma obsessão moderna pelo hoplon, entendido como inovação do soldado de infantaria pesadamente armado grego e que produz seu nome (hoplita) (LAZENBY; WHITEHEAD, 1996: 33).

Organização não pode ser confundida com disciplina, pois existe um limite, um controle exercido pelo conceito. Uma tropa é considerada disciplinada quando suprime a capacidade combativa individual em prol da eficiência obtida na coesão. Nas palavras de Heródoto, Aristodemo, soldado que lutou na batalha de Platéia, era sempre lembrado pelos espartanos como mau exemplo, porque “querendo morrer à vista do exército, a fim de reparar sua falta, atirou-se contra o inimigo como um louco” (HERÓDOTO, 9, 70).

Por outro lado, um exército pode ser entendido como organizado quando capaz basicamente de marchar em coluna, fazer frente ao inimigo (em linha) com considerável nível de especialização e dispor-se de formações defensivas, tais como o quadrado e o círculo. Nesse sentido, todo exército disciplinado é organizado (embora os níveis de organização variem, como nos casos grego e persa), mas o inverso nem sempre se verifica. A disciplina militar é, inicialmente, uma especificidade grega, sendo resignificada posteriormente pela legião romana, que procura estabelecer um equilíbrio, conforme sustenta Brizzi (2003), entre a os modelos de Diomedes e Odisseu.

No que se refere à incorporação de convenções da guerra grega, observam-se “protocolos” e “limitações” quando o combate se dava entre helenos (contra não-helenos as regras variavam) (LYNN, 2003: 4). No seio dessas normatizações, estava a necessidade de oficializar o conflito, que não devia ser levado a cabo sem uma declaração prévia. No sentido de uma organização do tempo, segue que as batalhas não deveriam acontecer em momentos sagrados, restringindo-se às épocas “autorizadas” pela ausência, por exemplo, de jogos olímpicos.

Ao lado deste controle temporal exercido sobre a realização das guerras gregas, está o reforço do caráter decisivo das batalhas, notado tanto na obrigatoriedade da aceitação dos resultados obtidos em armas quanto na limitação do uso de arcos e

demais mecanismos de arremesso (HANSON, 1989). Todas as convenções deste tipo de guerra estão diretamente vinculadas ao desejo por batalhas que apresentem resultados duradouros e sejam travadas frontalmente por um corpo cerrado de cidadãos, disciplinados e participantes das decisões tomadas no que se refere ao confronto. Sendo mais pontual, o choque entre falanges de hoplitas atendia às seguintes etapas: adivinhação, sacrifício, exortação, marcha e embate (HANSON, 2004).

Inicialmente, uma espécie de sacerdote observava os sinais e emitia um agouro (*hiera*), assegurando a validade da predição por meio do sacrifício de um carneiro aos deuses (*sphagia*). Logo após a garantia de boa relação com o mundo supra-sensível, acreditando que os deuses não interviriam contra quem os honrou, o comandante exortava suas tropas, a fim de levantar-lhes o ânimo. Com isso, as falanges iniciavam a marcha frontal, acelerando em trote nos últimos duzentos e vinte metros (*metaichmon*). Emitindo seus “gritos de guerra” (Eleleu! ou Alala!), os falangistas se digladiavam, dispostos ombro a ombro, até o rompimento de alguma das formações (HANSON, 2004: 204).

Em uma batalha como esta, uma questão em especial deve ser analisada, pois nos conduz à compreensão da sofisticação da falange macedônica, ao ter seus flancos protegidos todo o tempo por excelentes forças montadas. No combate entre hoplitas, o lado defensivamente problemático é o desprotegido pelo escudo, sendo este o motivo do posicionamento dos melhores homens no flanco direito. Estes soldados, adaptados com a batalha decisiva e especializados no uso integrado da lança e do *hoplon*, pressionavam a ala esquerda do inimigo, que estava logo à sua frente e que, por sua vez, investia com suas fileiras posicionadas na ala contrária sobre a ala esquerda do inimigo à sua frente.

Com isso, um movimento de rotação ocorria, prejudicando a manutenção do ordenamento inicial²⁸.

Até o século V a.C., dificilmente ocorriam, neste cenário, ataques falsos ou dissimulados, “manobra de envolvimento ou táticas sofisticadas”²⁹ (HANSON, 2004: 204). Somente por meio do contato entre gregos e persas ocorreu um processo de transformação significativa nos padrões militares, gerando uma inovação das práticas helênicas, combinadas com a especialização no emprego dos cavalos e de tropas ligeiras, tal qual encaminhada por persas ao longo das guerras contra o mundo ocidental. Eis o fruto mais legítimo da revolução militar do século V a.C.: o nascimento de uma tradição militar helenística integrada, concebida a partir da sistematização de táticas que marcaram a posterior conquista do Império Persa por Alexandre, o Grande, e as investidas sólidas dos comandantes cartagineses, seguindo a linha de comando Xantipo – Amílcar – Aníbal.

2.2. Filipe II, Alexandre e o exército macedônio

Durante a Guerra do Peloponeso, conflito entre as *póleis* durante o século V a.C., os elementos das duas linhas de desenvolvimento militar, que há pouco haviam deixado de ser estranhos uns aos outros, passaram a ser combinados, conforme dito anteriormente, a ponto de produzirem gradualmente um novo modelo de guerra. Este, por sua vez, pode ser encarado como integrante de uma autêntica revolução militar

²⁸ Por esse motivo as fileiras traseiras desenvolviam função relevante na batalha de hoplitas. Responsáveis por dar sustentação e força às primeiras fileiras, impediam que a marcha perdesse seu ritmo e que o inimigo parasse de sofrer a pressão frontal exercida pela muralha de pontas.

²⁹ Se formos pensar em termos de sofisticação tática, o ambiente helênico pode ser considerado pobre em relação ao oriental ou macedônico. Neste sentido, embora existam vínculos diretos entre a tradição militar helênica e a macedônica, deve estar claro que as duas são, como o próprio nome sugere, específicas em diferentes níveis.

(FERRILL, 1997), organizada em um sentido diverso da que ocorreu no momento da consolidação da cidade-estado.

Ao lado das inovações resultantes do conflito peloponésio, como o fortalecimento marítimo e a “introdução de um esquema de abastecimento fundado na obtenção de recursos dos seus aliados, com um sistema imperial de sustentação do esforço de guerra” (FUNARI, 2006: 19), foram fixadas ações militares de aprimoramento tático nas guerras de cerco e de inversão do princípio estratégico defensivo grego.

De acordo com Ferrill (1997: 149), entre 404 a.C. (fim da guerra do Peloponeso) e 336 (ascensão de Alexandre, o Grande) concepções táticas advindas do oriente próximo foram introduzidas no mundo ocidental, especialmente a capacidade logística do império persa, as manobras de flanqueamento e o emprego de infantaria levemente armada, que se bem utilizada colocava a pesada falange de hoplitas em situação de grande desconforto.

Embora não possamos afirmar que os helenos que vivenciaram essa autêntica revolução militar tenham encaminhado uma reforma em seus exércitos e pensamento tático a ponto de produzir uma força militar integrada, seria imprudente pensar que o exército macedônico foi concebido apenas no século IV a.C., especificamente sob as idéias de Filipe II. O ponto de discussão diz respeito ao movimento que antecede a reforma do exército disponível a Alexandre, o Grande, ao longo da primeira fase de sua *anábasis*.

Na batalha de Leuctras (371 a.C.), momento em que a lendária falange espartana foi derrotada em uma espécie de “ironia considerável” (FERRILL, 1997: 166) por uma outra falange (tebana), os sofisticados dispositivos táticos característicos do

exército macedônico já estavam difundidos no cenário grego, mas não assumiram forma integrada.

A validade na tática empregada em Leuctras quase sempre é atribuída à genialidade de Epaminondas, mas nesses casos o contexto de difusão dos elementos presentes em 371 a.C. não é levado em consideração. Em outras palavras, ao dispor suas tropas de forma invertida, ou seja, os melhores soldados tebanos posicionaram-se na ala esquerda e não na direita, Epaminondas procurou densificar o lado que entraria em confronto direto e frontal com os esparciatas. Desse modo, pôde usufruir do maior nível de eficiência da formação em falange, aprofundando a fileira e garantindo maior potência na marcha rumo a outro bloco coeso, princípio que rege a falange modificada por Filipe II alguns anos mais tarde.

Na outra ala de seu exército, Epaminondas legou o comando a Cleombrotus, que tinha como tarefa evitar o combate direto com a infantaria aliada dos espartanos, recuando a ponto de modelar uma formação oblíqua na linha de frente tebana, enquanto tropas montadas realizavam manobras de flanqueamento, colocando a falange em situação de desconforto. Assim, tendo concentrado o batalhão sagrado (tropa de elite tebana) em uma posição de fortalecimento pelo alongamento das fileiras, pôde “esmagar a cabeça da serpente” (FERRILL, 1997: 167).

Juntamente com o episódio de Leuctras, são percebidos outros elementos de mudança na natureza da guerra antiga, todos presentes no exército integrado macedônico. Especialmente a partir do fim da Guerra do Peloponeso, hoplitas buscaram servir de mercenários no exército do Grande Rei, assim como peltastas (soldados de infantaria armados com uma lança útil tanto para o arremesso quanto para a estocada e com o pelta, escudo leve que permitia uma grande mobilidade ao soldado) foram empregados nas batalhas gregas. Ao contrário do que comumente se pensa, os

mercenários mudavam constantemente de lado, mas seu comportamento era ordenado por um sentimento de profissionalismo, o que atesta sua eficiência e serve de ponto de apoio para se pensar as diversas construções acerca do militarismo cívico.

Esta perspectiva é relevante na medida em que a necessidade do correlato cívico deixa de existir com o exército macedônico, pois o ideal de disciplina adaptado na falange de mercenários gravita em torno do conhecimento da eficiência deste tipo de formação e não mais no sentimento de liberdade pelo exercício do consenso. Com isso, somos levados a seguinte questão: por que os macedônicos foram capazes de fazer dialogar as contribuições das duas linhas independentes de desenvolvimento militar e, portanto, quais são as especificidades que asseguram a possibilidade de integração tática de modo desconhecido pelas *póleis* e pelas satrapias persas?

Em primeiro lugar, os macedônios estavam próximos o suficiente do cenário helênico para compreender o princípio da disciplina que organizava a eficiência da falange no choque frontal. Por outro lado, a distância do regime políada possibilitou a incorporação das aplicações táticas atribuídas às tropas montadas, de acordo com a tradição militar característica do mundo persa.

A fixação dos gregos na batalha decisiva encaminhada por um corpo cívico que buscava o choque frontal e parcialmente desprezava manobras de flanqueamento (dada a sua pobreza no que se refere as grandes variações táticas), não permitiu uma introdução massiva (a ponto de produzir uma integração completa) das inovações militares trazidas pelo contato com os persas e em parte difundidas no pós-guerra do Peloponeso. Em contrapartida, a ausência de convenções (protocolos e limitações) (LYNN, 2003) de guerra ao estilo grego no pensamento militar persa impossibilitou que a falange assumisse a centralidade dos dispositivos táticos.

Somente uma cultura como a macedônica, em que o rei era sempre o chefe militar (embora se servisse de reuniões com seus comandantes para a decisão acerca do plano e batalha) e combatia em uma Companhia de Cavaleiros, possuía a especificidade exigida para levar a cabo uma reforma que permitisse a integração completa do exército. Segundo Giovanni Brizzi (2002: 18), as tropas combinadas de Filipe II radicalizavam o requisito do aprofundamento da falange disciplinada sem expor os flancos por carência de mobilidade, graças às excelentes tropas montadas dispostas nas alas³⁰.

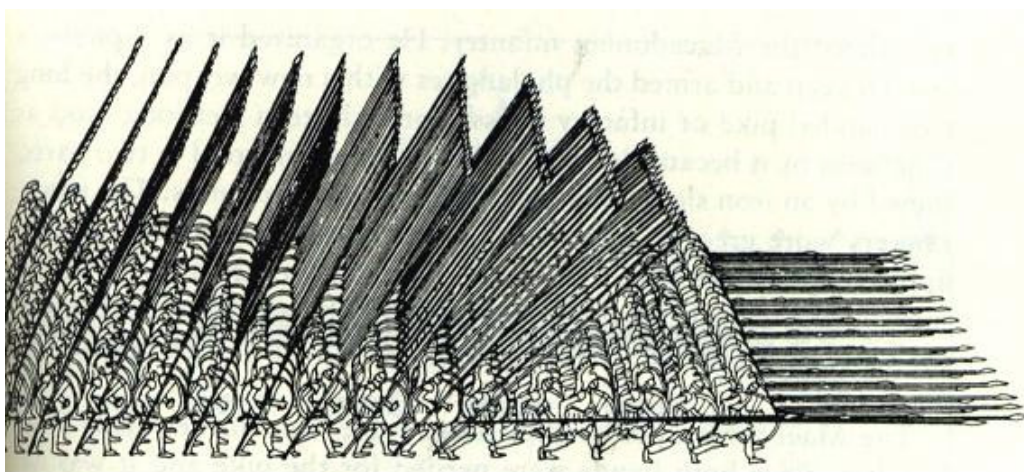
No tempo de Alexandre, o exército macedônico era ordenado em batalha de modo a produzir um avanço contínuo e com todo o contingente interligado, tornando as possibilidades de movimentação variadas o suficiente para o combate em regiões diversas e contra adversários muito diferentes. Seguindo uma formação básica ao dispor as tropas montadas nas alas, protegendo a infantaria de possíveis flanqueamentos, fazia incidir em campo aberto contra o inimigo um tipo de manobra que se tornou a mais eficiente pelo menos até Cipião, em Zama (202 a.C.).

Na ala esquerda, próximos ao corpo de infantaria dos falangistas, estavam dispostos os cavaleiros tassálios, que segundo Ferrill, formavam um grupamento montado pesadamente armado e que podia tanto investir contra o flanco inimigo quanto desfazer linhas de infantaria ligeira (FERRILL, 1997: 179). Na ala direita, entre o contingente dos *hypaspists* (soldados de infantaria com maior mobilidade que os falangistas) e a falange ordenada em profundidade localizavam-se os Companheiros, tropa de cavaleiros aristocratas que compunham a guarda pessoal do rei. À frente da linha de choque estavam organizados, cumprindo função tática semelhante a

³⁰ Mesmo a cavalaria macedônica sofreu influência direta da falange, pois utilizava-se de lanças com o mesmo comprimento que a do falangista, diferenciando-se apenas pelo peso da mesma (FERRILL, 1997: 177)

desempenhada pelos *velites* romanos³¹, arqueiros e fundeiros, ambos ladeados por cavalaria ligeira.

O corpo central do exército macedônico, isto é, os famosos falangistas reformados por Filipe II, dividiam-se em unidades menores chamadas *syntagmas* (256 homens), que por sua vez reuniam-se em grupo de seis, formando um batalhão (*taxis*)³².



Falange macedônica disposta em syntagma. In: FERRILL, 1997: 177.

Embora autores como Antonio Guzmán Guerra (1982: 125) afirmem que a falange macedônica é apenas ligeiramente diferente da grega, deve estar claro que a alteração aparentemente pequena nos armamentos utilizados (escudo menor e lança mais pesada e alongada - *sarrisa*) pelo falangista de fato preserva o princípio da disciplina e do choque frontal, mas inverte a função estratégica proporcionada por esse tipo de tropa, incidindo sobre aplicação do exército em campo de batalha.

Em combate com os tribalos, um dos povos trácios que organizaram sublevações contra o poder do novo rei macedônio, Alexandre pôde colocar em prática o tipo de ofensiva que melhor exemplifica a integração do exército macedônico: a

³¹ Assunto que será desenvolvido no item 2.5.

³² Segundo Ferrill, o exército de Alexandre quando da campanha asiática possuía doze batalhões (FERRILL, 1997: 178).

manobra envolvente. Nesta ocasião o envolvimento combinado não chegou a ser completado, mas as etapas de movimentação expressam a funcionalidade deste dispositivo tático.

No contexto de afirmação da autoridade legada por seu pai, Alexandre precisava legitimar-se tanto na Hélade quanto nos reinos situados entre a Macedônia e as *póleis*. Deste modo, fez marchar seu exército por essas regiões, sendo que os tribalos e os ilírios foram seus primeiros adversários, antecipando o grande cerco e massacre de Tebas. Com o conhecimento de que o rei dos tribalos, Sirmo, havia ordenado que seu povo escapasse do choque com os macedônios, fazendo-o avançar até as ilhas próximas do rio Istro, Alexandre retornou com seu exército e marchou em direção ao acampamento inimigo. Diante da preocupação em não deixar sublevações situadas em sua retaguarda, o pupilo de Aristóteles dispôs suas tropas e a fez investir contra os tribalos por meio de ataques dos arqueiros e fundeiros (ARRIANO, 1, 2).

Somente após o contra-ataque dos soldados tribalos, que avançavam para conter o arremesso de projéteis por meio de uma aproximação do combate, Alexandre lançou “contra eles sua falange formada em profundidade” (ARRIANO, 1, 2). Em seguida, os macedônios passaram à segunda etapa do ataque combinado, momento em que Filotas, responsável pelo comando da cavalaria da Macedônia, investiu contra o flanco direito do inimigo. Enquanto isso, Heraclides e Sópolis, comandantes das cavalarias beócia e da advinda de Anfípolis, prensavam a ala esquerda, fornecendo duas possibilidades aos tribalos: o recuo, enquanto a retaguarda era uma possibilidade de fuga ou o avanço frontal, que resultaria no enfrentamento da muralha de sarissas. Deste modo, deixando ressaltar o testemunho de Arriano,

“enquanto durou, de ambos os lados, o arremesso de projéteis, os tribalos puderam resistir. Porém, quando a falange, disposta

em formação compacta, desferiu seu ataque violentamente e a cavalaria investiu contra os inimigos por todos os lados, (...) os tribais deram a volta e atravessaram a margem em direção ao rio” (ARRIANO, I, 2).

Ao longo de quase toda a primeira fase da campanha de Alexandre (da marcha contra a Hélade até a batalha de Gaugamela), em se tratando das batalhas realizadas em campo aberto, o princípio da manobra envolvente (de acordo com a disposição apresentada acima) foi empregado de formas variadas, mas obedecendo às possibilidades oferecidas por esta movimentação básica. Este modo de conduzir a batalha decisiva e o choque frontal, assimilando as manobras de flanqueamento e o uso da infantaria ligeira de forma integrada, fundou uma prática militar que se distancia da helênica apenas por sua posição específica no cenário bélico de fins do século V a.C.

Sendo assim, o argumento gira em torno das diversas adaptações, cartaginesas e romanas, da tradição militar que tem sua expressão máxima na eficiência da manobra de envolvimento. Por isso, devemos ocupar-nos do mapeamento, mesmo que breve, das práticas militares romanas e cartaginesas, a fim de montar um quadro de referência no qual possamos fazer atuar a narrativa que sustenta a plausibilidade da aproximação cartaginesa com a cultura militar macedônica e de sua conseqüente ligação com a guerra romana de fins do século III a.C.

2.3. O mundo romano: da reforma serviana ao séc. III a.C.

Ao longo dos primeiros séculos republicanos, os romanos afirmavam que aprendiam táticas advindas de povos que ao final eram sempre submetidos por eles. Em um primeiro momento, é provável que tenham incorporado a organização cerrada dos etruscos e as aplicações manipulares por meio da guerra com os samnitas (NILSSON,

1929: 4). A primeira reforma conduz ao reinado de Sêrvio Túlio (578 – 534 a.C.) e à contagem por centúrias, mesmo que não possamos atribuir essas alterações a um único rei; a segunda reforma aponta para a ampliação da flexibilidade tática da legião, quando os romanos necessitavam adentrar nas montanhas de Sânio sem serem esmagados pela falta de mobilidade da formação ao “estilo grego hoplita” (KEPPIE, 1998: 17).

Segundo Giovanni Brizzi,

“não apenas para os gregos, de fato, a escolha conduz à falange hoplítica: as duas grandes potências do ocidente mediterrâneo são, por sua vez, ambas *póleis*, e terminam, portanto, por confiar nessa estrutura, que se adapta admiravelmente à cidade-estado” (BRIZZI, 2002: 25)

Esta afirmação produz dois níveis de análise, que estabelecem os fundamentos para a reflexão sobre o padrão tático assumido pelos romanos e sua relação com a organização social. Em primeira instância, envolve de forma problemática elementos advindos das discussões sobre se Cartago pode ser entendida como uma cidade-estado, devido à sua organização política particular (mesmo que nela residam elementos característicos de uma pólis³³). Interessante seria pensar que a historiografia peca por se submeter aos termos utilizados por Políbio, que se esforça para enquadrar a política cartaginesa nos referenciais gregos e romanos:

“A constituição dos cartagineses parece-me ter sido bem concebida em sua origem quanto aos seus pontos mais característicos. Com efeito, eles tinham reis e o Conselho de Anciãos era de natureza aristocrática, e o povo tinha a supremacia nos assuntos de sua alçada; em conjunto a estrutura do Estado assemelhava-se consideravelmente à de Roma e de Esparta” (POLÍBIO, 6, 51).

³³

Conselho, assembléia e magistraturas.

Talvez por isso tantos historiadores utilizem a nomenclatura *pólis* para a compreensão da “constituição cartaginesa”, muito embora hermeneuticamente mais correto fosse o emprego de termos produzidos pelos próprios fenícios.

Em um segundo momento, a postura de Brizzi incorpora a formação de uma legião-hoplita muito próxima do argumento apresentado por Lawrence Keppie, em seu livro *The making of the roman army* (1998). Pensar o modelo helênico de guerra não deve significar, embora o nome inicialmente sugira o oposto, choque entre hoplitas e política estruturada em torno da lógica políada. O termo que parece helenizar as forças legionárias quer simplesmente fornecer um direcionamento tático e uma aproximação que englobe a noção de disciplina. No limite, estamos nos referindo a uma aproximação tática que não envolve o contexto políada de exercício da igualdade, mas assegura a formação cerrada regida pelo dever cívico e pela marcha disciplinada.

Nesses termos, torna-se interessante pensar que, se os romanos desenvolveram suas práticas militares adaptando antecedentes gregos, o fizeram sem necessitar do estabelecimento de uma democracia, embora o pré-requisito cívico fosse contundente durante a primeira fase republicana. Em outras palavras, se observamos que plebeus passaram a reclamar com mais impacto social uma participação nas magistraturas e nos espólios de guerra, não podemos descartar que o século V e o primeiro terço do IV a.C. também foram marcados por uma “oposição deliberada ao patriciado, o que levou a uma reorganização da sociedade tendo por base estes dois grupos” (ALFOLDY, 1989: 29).

Sendo assim, os romanos caminhavam para a composição de uma nova e sólida *nobilitas*, pautada na tentativa de equilíbrio das forças divergentes, mas nunca no sentido de promover uma igualdade em termos gregos. Por outro lado, assumindo que a probabilidade dos romanos terem inspirado a força autêntica de seus exércitos

(disciplina) a partir de uma reinvenção de práticas etruscas, somos tomados de certo desconforto dada à carência de conhecimentos sobre esses dispositivos bélicos. Em que medida os habitantes da Etrúria puderam organizar-se de modo disciplinado, uma vez que tal formação exige, em primeiro momento, tal qual nos mostra a situação helênica, a compreensão de igualdade obtida nos rituais políticos e militares?

Segundo Martin Nilsson (1929: 11), o que não pode ser negado é o paralelismo entre os casos grego e romano. A especificidade da experiência romana atesta um direcionamento tático semelhante ao dos gregos até a guerra contra os samnitas, onde os manípulos fazem emergir a força individual do legionário e de sua disposição em tabuleiro de xadrez. Por enquanto, podemos fazer como Nilsson e assumir apenas a existência de um paralelismo entre a falange hoplítica grega e a formação cerrada legionária de princípios da República, assegurando a análise de ambos os casos como específicos e expressando valores militares distintos.

Em outras palavras, aceitamos a idéia de legião-hoplita como aquela que apresenta, conforme dito acima, um direcionamento tático semelhante ao da falange grega, especificamente na ênfase dada ao espírito de coesão dos homens em armas. Ainda que permaneça no pensamento militar romano a glorificação do soldado que vence o mais forte dos inimigos em um combate singular, é no treinamento do legionário como aquele que integra a “muralha marchante de Roma” que reside a eficiência de um dos exércitos mais temidos do mundo antigo.

A base para a reflexão acerca da legião romana (o que permitirá a sustentação da especificidade do “percurso cartaginês”) parece ser a reforma serviana, uma vez que a vinculação entre os que podem pagar os armamentos, contribuindo para a formação do exército, e a defesa da *res publica* se fez em uma concepção de dever cívico e, portanto, de tropas disciplinadas. O elemento em comum, o que deve ser defendido por todos,

não resulta de uma idéia de igualdade entre setores sociais; antes disso, advém da “coisa pública”. No caso grego, encontramos um sentimento de igualdade entre cidadãos como motor da noção de disciplina. Entre os romanos, a idéia de igualdade resultante da participação nas decisões políticas inexistia. Em Roma, o elemento em comum, o que deve ser defendido, é o que a todos pertence. A República é o elemento de coesão que aponta para a necessidade da disciplina.

Diante das alterações constantes da legião romana, deve ser enfatizado que após a reforma serviana e a fixação das unidades manipulares, durante as guerras samnitas, os romanos adotaram, no início do século III a.C., um sistema de organização que Brizzi entende como sendo sua forma definitiva (BRIZZI, 2002: 27). Definitiva pois dispõe as tropas de choque nas unidades dos *hastati*, *princeps* e *triarii*, sendo estes antecidos na batalha apenas pelos *velites*, soldados ligeiros armados com dardos e um pequeno escudo redondo, responsáveis por garantir que as tropas pesadas não sucumbissem a projéteis, mesmo antes de cumprir sua função tática. De acordo com Philip Sabin (2000: 9), a alternativa romana para a formação de uma linha de frente profunda, durante os primeiros séculos republicanos ou a partir da instauração da coorte no século I a.C., foi o desenvolvimento de sua infantaria em linhas múltiplas, o que possibilitou aplicações táticas em diferentes níveis. Devido a isso, Cipião pôde, em Zama (202 a.C.) adaptar a manobra envolvente realizada por Aníbal Barca sem limitações referentes ao emprego da infantaria³⁴.

Os *hastati*, melhor armados que os *velites*, os seguem em idade e posses, sendo antecessores dos *princeps*, os soldados em pleno vigor físico. Encerrando a formação em três linhas sucessivas encontram-se os *triarii*, soldados mais experientes e responsáveis por intervir caso a situação exija um esforço defensivo. A legião, armada

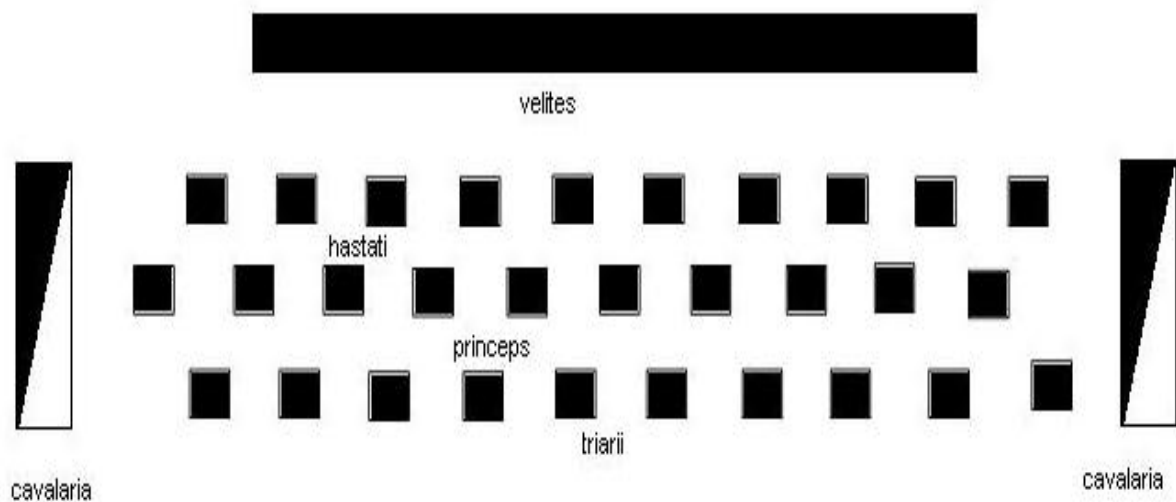
³⁴

Este assunto será melhor desenvolvido no capítulo 3.

nos tempos de Aníbal com o *scutum* e o *gladius* (espada curta ibérica que corta de ambos os lados, além de perfurar), era disposta em trinta manípulos, perfazendo um total de mais de quatro mil homens, dependendo da quantidade destinada a uma centúria e da homogeneidade na contagem das mesmas.

No momento em que a legião estava organizada nestes níveis, a lança rapidamente deixou de ser a arma principal do soldado romano para ceder espaço à espada, um verdadeiro indício da luta individual regida pela precaução da disciplina. Eis o argumento de Brizzi: o legionário é o elemento que faz convergir a capacidade combativa individual e a coesão presente nas falanges gregas (BRIZZI, 2002).

Dividida em forma de tabuleiro de xadrez, permitia que todas as fileiras participassem da linha de frente, pois podiam alternar-se devido à sua posição no campo, fazendo com que o inimigo sempre lidasse com tropas de fôlego renovado.



Legião romana no século III a.C.

Frente aos trinta manípulos³⁵, integrantes da infantaria de choque romana, assinalamos que, enquanto os *triarii* exerciam função defensiva, entrando em cena apenas no momento de desorganização ou crise da formação, os *hastati* e os *principes* possuíam função ofensiva. Neste contexto, os legionários já se encontravam armados com o *pilum*, poderosa lança de arremesso a média distância, que permitia romper a organização da linha inimiga e concretizar uma etapa importante entre a retirada dos *velites*, por entre as fileiras de legionários, e o confronto corpo-a-corpo das tropas de choque.

Por último, dois tipos de cavalaria eram utilizados pelos romanos: a formada pelos equites, nobres romanos que possuíam grande participação política nos fins da República, e pelos povos aliados ou *socii*, responsáveis por ceder o maior número de cavaleiros, como no caso de alguns celtas da Gália.

Observadas as relações entre as práticas militares romanas e helênicas, ao menos em seu direcionamento tático, podemos fixar nossa atenção no contexto de realização da segunda guerra púnica, percebendo suas alterações estratégicas, aplicações táticas e relações com o cenário mediterrâneo ocidental da segunda metade do séc. III a.C.

³⁵ Cada manípulo possuía duas centúrias, sendo que uma centúria variava entre oitenta e cem homens.

CAPÍTULO 3

A segunda guerra púnica e a construção da “armadilha cívica” na obra de Políbio

3.1. Prelúdio da guerra

Pensando a história antiga de modo relacional, percebemos que no início do séc. III a.C., enquanto diversos reinos surgiam como desdobramento da fragmentação do Império Macedônico, a aproximação dos romanos com a Sicília, especificamente com a cidade de Taras (a *Tarentum* romana), promoveu um rompimento no acordo antes feito com a *pólis* dotada da maior frota da península itálica (GRANT, 1978: 87). Estava claro que Roma, então republicana, não ignoraria o apelo advindo de seus aliados da Magna Grécia e que Taras não permitiria a presença das tropas romanas no golfo tarentino. Com isso, instaurou-se uma situação cujo fruto final seria a intervenção de Pirro nos assuntos peninsulares, justificando tal postura pela defesa dos gregos contra um poder estrangeiro (*xenos*), como fizera Filipe II quase oitenta anos antes contra os persas.

Após Pirro, os gregos do sul da península itálica perceberam que não poderiam fazer frente aos romanos e, em 272, os tarentinos decidiram aceitar a aliança proposta por eles. O resultado da campanha de Pirro provocou no cenário político do Mediterrâneo ocidental abalo suficiente para fazer com que o reino ptolomaico entrasse em relações diplomáticas com Roma, provando o reconhecimento dos romanos diante dos reinos subseqüentes ao império alexandrino. Além disso, encurtou a distância com o

maior poder do Mediterrâneo ocidental, isto é, a cidade fundada pelos fenícios no séc. VIII a.C. e que agora se mostrava interessada em assumir o controle da Sicília: Cartago.

No contexto de fixação do conflito armado contra os cartagineses, o recrutamento do mercenário espartano Xantipo como comandante das forças armadas terrestres púnicas obedece a uma lógica estranha ao exército cívico romano. Nesses termos, deve ser percebido que o grande problema do exército cartaginês era o mesmo dos persas no séc. V a.C.: a carência de uma tradição de infantaria pesadamente armada. A inexistência de infantes que cumprissem função tática semelhante a dos hoplitas ou legionários era ainda agravada com o fato dos comandantes cartagineses (antes da reforma elaborada por Xantipo) desconhecerem as formas básicas de integração tática, difundidas em toda a Hélade e nos reinos sucessores do Império de Alexandre.

No momento em que Xantipo, então contratado pelos cartagineses, observou a quantidade de cavalos e elefantes dos quais dispunham Cartago, deduziu, de acordo com Políbio, que perdiam as batalhas para os romanos devido à “imperícia” de seus comandantes. Ao dispor as tropas contra o cônsul romano e suas legiões, o mercenário fez marchar a frente do exército os elefantes, na tentativa de suprir a deficiência de “tropas de choque” com o ataque intimidador dos animais. Atrás da investida inicial seguia a infantaria cartaginesa, a uma distância segura e ladeada pela cavalaria.

Os romanos, em contrapartida, temendo o ataque dos elefantes, densificaram as linhas centrais no intuito de barrar a investida, mas “falharam totalmente em seus cálculos contra a cavalaria cartaginesa, muito superior à romana” (POLÍBIO. 1, 33). A partir da vitória nas alas, os cavaleiros cercaram os legionários que começavam a repelir o ataque dos elefantes, mas se viram obrigados a combater tanto os cavaleiros que os flanqueavam quanto a infantaria cartaginesa que lhes chegava intacta e ordenada. A partir de Xantipo (que assegurou apenas essa vitória como comandante, segundo

Políbio), as forças cartaginesas combateram de modo taticamente integrado, ora executando manobras que supriam o problema da infantaria de choque, ora empregando mercenários ou elefantes como substituto para a carência de exército que marchava sob o princípio da *eutaxia*.

Por meio da Campanha Pírrica, os romanos entraram em contato direto com a tradição militar helenística, que se desenvolvia paralelamente à fixação de uma cultura militar pautada na defesa do militarismo cívico. No entanto, a reforma tática que permitiu o avanço das tropas romanas em campo de batalha, sem sofrer os efeitos do envolvimento de manobra de tipo macedônico, ocorreu apenas alguns anos depois, durante a Segunda Guerra Púnica. A vitória sobre Pirro não eliminou, portanto, os problemas aos quais foram submetidas às legiões quando enfrentavam um exército helenístico bem preparado. Isto se deveu especialmente ao fato de que, diante do interesse crescente pela Sicília por parte das maiores cidades do Mediterrâneo ocidental, os exércitos mercenários se impuseram como necessários, uma vez que os cartagineses não possuíam qualquer tradição na utilização de tropas cívicas. Desse modo, a integração tática típica dos exércitos mercenários, aliada à falta de familiaridade dos cartagineses no que se refere ao comando de soldados em terra firme, fez com que fosse legado o controle e treinamento de suas tropas (compostas tanto de mercenários quanto de povos aliados africanos) a um *misthophoros* de nome Xantipo.

Com apenas uma referência em Políbio (1, 32), Xantipo se encarregou de apresentar aos cartagineses a tradição militar helenística, especialmente no que se refere aos dispositivos táticos. Com isso, pôde vencer o cônsul romano na África e organizar o exército cartaginês em sintonia com a complementaridade tática necessária no contexto de consolidação dos exércitos profissionais. Os próprios romanos, quando passaram à

fase do imperialismo ofensivo (GUARINELLO, 1987), perceberam a incompatibilidade do exército cívico com guerras encaminhadas longe da cidade natal.

Com o fim da guerra em 241 a.C., quando Amílcar resignou ao comando do exército, Cartago enfrentou o maior problema no pós-guerra (talvez até mais grave que as exigências romanas). Os mercenários que haviam retornado sem pagamento do conflito na Sicília requereram seu *misthos* e, diante da recusa por parte dos cartagineses, pegaram em armas e avançaram contra Tunis e logo contra Cartago. No entanto, a vitória dos cartagineses sob o comando de Amílcar Barca, especificamente na batalha de Bagradas (239 a.C.), encerrou a guerra mercenária. Este conflito pode ser analisado, juntamente com as guerras púnicas³⁶, a partir de dois elementos interligados que, em nosso entender, não devem ser dissociados: (a) a formação da tradição militar helenística e sua adaptação por cartagineses e romanos e (b) a constituição de uma escola tática difusora desta tradição, que une os planos de batalha empregados tanto por comandantes cartagineses quanto por romanos (especialmente no que se refere à manobra de envolvimento de tipo macedônico).

3.2. Os três momentos da Segunda Guerra Púnica

Após os anos transcorridos entre o fim da guerra mercenária e a expansão do território cartaginês, observamos que, diante do assassinato de Asdrúbal (221 a.C.), o comando do exército cartaginês ficou sob responsabilidade de Aníbal Barca, filho de Amílcar Barca, criado por quase toda sua vida na região mais nova do Império construído por Cartago: a chamada Hispânia romana. Com Aníbal, o período de paz se

³⁶ Evidentemente, neste trabalho permanecemos focados na segunda guerra púnica.

transformou em guerra aberta, especialmente a partir do ataque a Sagunto, cidade aliada dos romanos.

O questionamento do por que o conflito foi retomado por parte dos cartagineses refere-se, em nível inicial, ao juramento relatado por Políbio, no qual Aníbal, ainda jovem, prometeu a seu pai que não se tornaria aliado de Roma e que, além disso, encaminharia a guerra contra eles.

Nas palavras de Políbio (3, 5-8) ao apresentar a explicação de Aníbal para a guerra:

“(…) quando seu pai estava por cruzar a Hispânia com suas tropas, Aníbal tinha nove anos e estava próximo a um altar onde Amílcar oferecia um sacrifício a Zeus. Uma vez que obteve agouros favoráveis, libou em honra aos deuses, cumpriu os ritos prescritos e, ordenando que todos os demais que assistiam o sacrifício se afastassem um pouco, chamou Aníbal e perguntou amavelmente se ele queria acompanhar-lhe na expedição (...) Amílcar o conduziu pela mão direita até o altar e o fez jurar, tocando as oferendas, que jamais seria aliado dos romanos”.

A investigação elaborada por parte do historiador deve ser dirigida, evidentemente, com base na documentação, mas sempre em relação ao contexto onde as informações foram produzidas. Em outras palavras, cabe interrogar, para além da procedência da lenda referente ao juramento de Aníbal, sobre as relações políticas existentes entre as duas potências do Mediterrâneo ocidental no séc. III a.C.

De um lado, com o controle político da península itálica, encontrava-se a cidade de Roma, tendo seu domínio estendido de partes da Gália Cisalpina (considerada pacificada pelos romanos sob Júlio César, no séc. I a.C.) à Magna Grécia, região que limitava um lado da fronteira imaginada para o fortalecimento da posição no Mediterrâneo ocidental. Do outro lado, estava a cidade de Cartago, possibilitando o entendimento de uma “fronteira imaginada” a partir da idéia de que o controle de um

limite (Magna Grécia ou norte da África) e da região de fronteira (as ilhas que intermediavam as duas regiões citadas) implicaria em fortalecimento político.

De acordo com Scullard (1955: 102),

“A história externa de Cartago, que é principalmente a história de sua tentativa de construir e manter seu comércio, recai sobre três períodos óbvios: 1) o esforço inicial para dominar os outros estabelecimentos fenícios e a população nativa do norte da África; 2) a tentativa de controle exclusivo do Mediterrâneo ocidental, da qual resultaram séculos de guerra com os gregos; 3) e finalmente sua três guerras contra Roma”.

Diante da existência de “três períodos óbvios” na história de Cartago, devemos enfatizar o fato da escrita sobre os eventos que caracterizaram a derrota dos cartagineses para os romanos ser especialmente “externa”, ou seja, elaborada em um universo referencial que primava pela noção de dever cívico, o que era estranho à cultura cartaginesa.

A partir desta ênfase, adentramos a questão do porque a historiografia referente a segunda guerra púnica permanece, especificamente em se tratando do modelo ocidental de guerra, submetida ao que chamamos de “armadilha cívica”. Uma hipótese plausível pode ser o tipo de evidências que chegaram até nós sobre os cartagineses, quase sempre a partir das construções feitas por gregos vistos como romanizados (Políbio) e por romanos (a exemplo de Tito Lívio).

Assim, consideramos interessante desdobrar o argumento que diz respeito à questão do militarismo cívico na obra de Políbio ao longo da análise da segunda guerra púnica, percebendo seu quadro estratégico geral e suas fases de aplicação tática. Isso significa dizer que o cerco de Sagunto, considerado como início do conflito, não pode ser pensado de modo isolado, pois está estreitamente ligado ao conjunto de eventos que permitem a organização da segunda guerra púnica em três momentos.

Em primeiro lugar, de 218 a 216 a.C., do início da guerra (com o cerco de Sagunto) à batalha de Canas, entendemos que se encontra o primeiro momento da guerra, na medida em que após a vitória obtida em Canas, Aníbal poderia ter invadido Roma, não fosse pela deficiência de maquinários de cerco. Em seguida, de 216 a 205 a.C., configura-se o segundo momento da guerra, quando Cipião foi eleito cônsul e, de acordo com solicitação aprovada pelo Senado, inverteu o princípio estratégico do confronto, passando a utilizar o mesmo plano geral de Aníbal: atacar diretamente o centro político inimigo.

Por último, caracterizando a última fase do conflito, de 205 a 202 a.C., quando Aníbal foi derrotado em batalha decisiva, emergiu a adaptação bem sucedida do cônsul Cipião, então Africano. A manobra envolvente empregada pelos romanos, aliada aos problemas políticos existentes entre o Conselho cartaginês e os Barca e à traição do reino da Numídia, fez com que a situação em Zama fosse completamente desfavorável ao comandante cartaginês, servindo de marco para o fim do conflito e de base para a reforma tática encaminhada na infantaria legionária.

3.2.1. Do cerco de Sagunto (218) à batalha de Canas (216 a.C.)

O cerco de Sagunto, conforme dito anteriormente, significou o início do segundo conflito entre romanos e cartagineses. Segundo Políbio (3, 15), os cartagineses romperam com o acordo de não atravessar o Ebro em armas.

“Os romanos, tomando os deuses por testemunhas, exigiram que Aníbal se mantivesse afastado dos saguntinos (pois estavam sob sua proteção) e não cruzasse o rio Ebro, segundo o pacto estabelecido com Asdrúbal”

Entretanto, existia uma segunda razão pela qual Roma não queria que os cartagineses cruzassem o rio. Segundo Michael Grant (1978: 115), o medo que os romanos tinham dos cartagineses marcharem pelos Pirineus, atravessando a Gália Cisalpina, onde celtas poderiam juntar-se a eles, fazia com que a tensão entre as duas potências aumentasse.

Após a primeira vitória anibálica sobre os romanos no Rio Ticino, quando Roma pensava contar com o cansaço das tropas cartaginesas, Cipião se retirou para Placentia e montou seu acampamento na frente da cidade. De acordo com Tenney Frank (1919: 203), “desde que Cipião cortou as pontes atrás dele, Aníbal marchou pelo Pó para encontrar uma passagem”.

Em seguida, no que viria a ser conhecido como a batalha de Trébia (218 a.C.), diante de todos os preparativos para a execução de um plano direcionado à realização do confronto decisivo, Aníbal levava em conta, de acordo com Políbio (3, 70), três fatores. Em primeiro lugar, pretendia tirar proveito do ardor combativo dos celtas, enquanto o desejo de lutar contra os romanos estava ainda intacto. Em segundo lugar, quanto mais cedo o combate fosse travado, mais proveito Aníbal tiraria da inexperiência das tropas romanas. Por último, o comandante cartaginês considerava interessante lutar enquanto Cipião era assolado por uma enfermidade, o que garantiria o máximo aproveitamento no que se refere ao caráter inexperiente das legiões.

Aníbal dispôs seu irmão Mago, então no comando de excelente cavalaria, em terreno propício a emboscada, na medida em que inibia a visão dos romanos pela proximidade com a vegetação ao redor do rio. Enquanto isso, tendo os romanos respondido a provocação cartaginesa, iniciada com um ataque furtivo dos númidas, as tropas sob o comando de Barca se alimentavam e realizavam os últimos preparativos

para o embate, aguardando que os romanos em marcha cruzassem despreparados o frio Trébia.

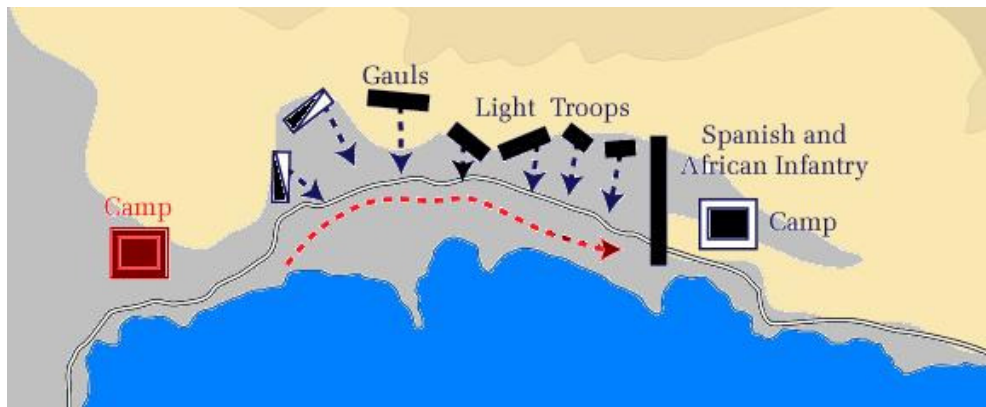
Após a travessia do rio, no momento em que o choque frontal ocorreu³⁷, os romanos se viram pressionados pelos elefantes cartagineses, dispostos à frente da cavalaria, enquanto as últimas linhas legionárias sofriam constantes ataques das forças montadas de Mago, que emergiu da emboscada com sucesso.

Em 217, fruto do contexto de expansão da participação dos plebeus nas magistraturas romanas, foi eleito para o segundo consulado Flamínio, que tentou conter o avanço dos cartagineses para o sul, acampando próximo a Etrúria. Aníbal, no entanto, optou por utilizar uma rota alternativa (deve-se dizer, pantanosa), que asseguraria a surpresa quando do confronto com o inimigo e impossibilitaria a união dos dois cônsules, aproveitando-se da ansiedade de Flamínio, que optou por avançar contra o inimigo.

Marchando em direção a Roma pela Etrúria, Aníbal tinha a sua esquerda a cidade de Crotona e os montes que a cercavam e a direita o lago Trasimeno. Ciente da trajetória do comandante romano, tirou proveito do espaço entre as colinas e o lago, dispondo as tropas ligeiras em posição favorável a emboscada, na medida em que acreditava no avanço precipitado dos romanos. Acampou com os africanos e os iberos no local que se opunha frontalmente ao caminho³⁸, induzindo a marcha de Flamínio e, desse modo, conseguiu atingir o objetivo de atacar os adversários em diversos pontos, confundindo até mesmo as operações de auxílio (POLÍBIO, 3, 84).

³⁷ Os exércitos estavam dispostos ao modo tradicional, isto é, infantaria ligeira a frente, infantaria pesada logo atrás e cavalaria nas alas.

³⁸ M. O. B. Caspari (1910: 421), em artigo sobre o problema da localização da batalha (*The battle of lake Trasimene*), sustenta que apenas uma única parte do exército de Aníbal estava visível, “facing the line of march”.



Batalha do lago Trasimeno

A vitória no lago Trasimeno instaura a discussão sobre o porquê, antes mesmo de Canas, Aníbal não avançou em direção a cidade de Roma e a sitiou. A explicação óbvia sobre a impossibilidade do transporte de máquinas de assédio pelos Alpes continua fazendo sentido, mas talvez este seja o caso onde a forma romana de fixar alianças (e, portanto, de recrutar tropas) possa se mostrar superior ao emprego do soldado mercenário. Sem batalhas decisivas e com problemas de abastecimento, as tropas de Aníbal mostrariam insatisfação e o novo ditador, Fábio Máximo, sabia disso. Utilizando-se de uma estratégia de ataque às linhas de abastecimento inimigas, evitou o choque frontal e a decisão em campo aberto, provocando instabilidade no corpo do exército cartaginês, seja pelo questionamento da autoridade de Barca ou por meio dos problemas gerados devido ao abastecimento reduzido.

No entanto, apesar da estratégia de Máximo ter se mostrado eficiente, a cultura militar pautada no combate direto em campo aberto (onde a disciplina era exercitada pelo corpo formado de soldados-cidadãos), traduziu-se em insatisfação por parte dos romanos. Em outras palavras, o desejo de combater frontalmente o inimigo (o que deve ser entendido como algo culturalmente estabelecido) fez com que Roma, graças ao recrutamento de tropas novas, desafiasse Cartago com o maior exército já disposto em campo de batalha.

Na narrativa de Políbio, os registros numéricos agem como reforço retórico, sem pretensões modernas de exatidão matemática. O historiador grego está preocupado com o significado que os números podem atribuir a uma batalha e pretende, portanto, acentuar a drasticidade da quantidade de mortos, na tentativa de convencer o quão relevante foi Canas, na medida em que a própria existência de Roma foi ameaçada. De acordo com Políbio, setenta mil soldados de infantaria e quase seis mil cavaleiros romanos foram mortos, excluindo as forças montadas compostas de aliados celtas (POLÍBIO, 3, 117).

A atuação romana na Gália Cisalpina, quando da marcha do exército cartaginês dirigido por Aníbal, produz uma questão referente à instabilidade gaulesa. De um lado, os romanos teriam se dirigido à Gália com o intuito de prevenir a expansão do domínio cartaginês para além dos Pirineus, que poderia se dar por meio da fixação de uma aliança com os celtas. Nesse sentido, os romanos estavam antecipando o evidente ataque cartaginês. Por outro lado, Aníbal teria se aproveitado da atuação romana na Gália, clara entre a primeira e a segunda guerra púnica, para tornar os ânimos inflamados dos celtas uma poderosa arma a ser utilizada na invasão da península itálica.

Teoricamente, Aníbal estava diante de duas estratégias para levar os romanos à destruição. Poderia tomar a própria cidade de Roma ou cortar suas linhas de abastecimento, provocando o esgotamento de toda a resistência armada, o que conduziria ao fim do conflito. A opção de assediar e capturar diretamente Roma implicaria na possibilidade de desembarcar nas proximidades da cidade com o conjunto de maquinários necessários para o cerco. Tal situação era apenas ideal, já que os cartagineses haviam perdido o controle marítimo com a derrota na primeira guerra púnica. Restava apenas a marcha rumo aos Alpes, com o objetivo de atravessá-lo e dali prosseguir à invasão do território romano.

Tendo assumido o trajeto possível às suas forças, Aníbal estava confiante em seu sucesso tático, ou seja, “certo de que poderia derrotar qualquer exército romano que viesse confrontá-lo”. (SALMON, 1960: 136) Evidentemente, uma sucessão de vitórias campais não garantiria a vitória cartaginesa e a esperança no corte das linhas de abastecimento não poderia dar certo se Aníbal não recebesse apoio de Cartago e se permanecesse isolado nos arredores de Roma, incapaz de sustentar os ânimos de suas tropas com uma demora de mais de dez anos.

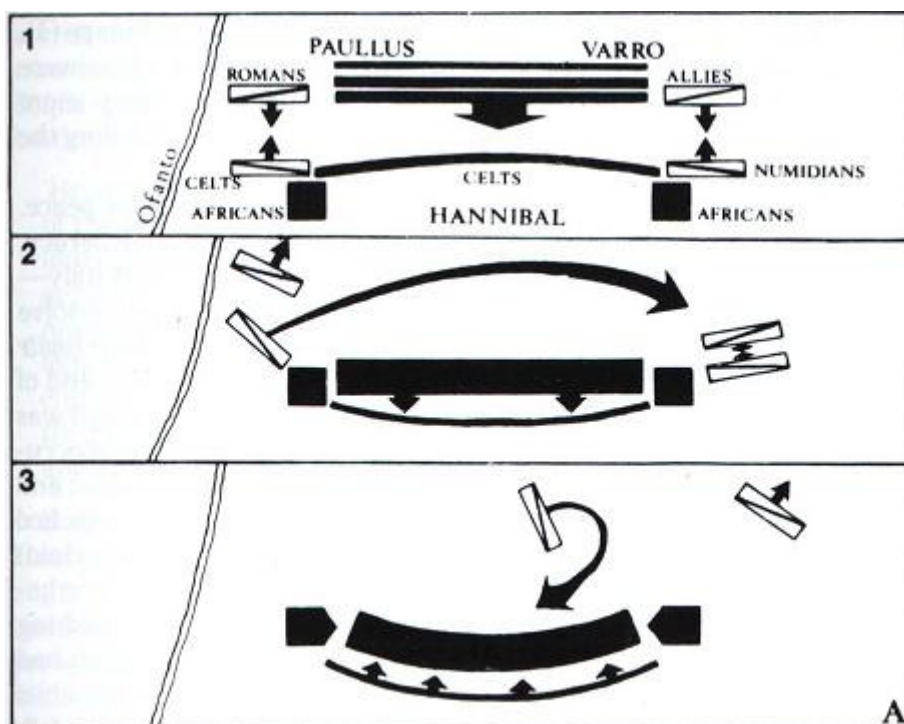
De qualquer maneira, a capacidade tática de Aníbal, advinda das possibilidades de movimentação de seu exército reformado nos padrões helenísticos de guerra, permitiu que ele encaminhasse sua estratégia ofensiva, deslocando suas tropas vitoriosas de Sagunto até as portas de Roma.

Montar acampamento próximo a Canas parecia interessante aos cartagineses porque consolidava o desejo de Aníbal: enfrentar os romanos em uma batalha decisiva, onde pudesse colocar seu plano de envolvimento em prática, concebido em adaptações das batalhas promovidas pelo exército macedônico aproximadamente um século antes.

Os romanos haviam disposto seu numeroso exército de forma tradicional: *velites* a frente da infantaria de choque, cavaleiros romanos na ala direita e cavalaria composta de aliados na ala esquerda. Políbio constrói um *ad locutio* de Lúcio Emílio Paulo, cônsul encarregado em Canas do comando da ala direita do exército, enfatizando a superioridade numérica dos romanos:

“Como todas as condições agora são o contrário das predominantes nas batalhas a que me referi, podemos antever que o resultado da batalha prestes a travar-se será igualmente o oposto. De fato, seria na realidade estranho, ou melhor, impossível, que após haverdes enfrentado os vossos inimigos em igualdade de condições em tantas escaramuças isoladas, e em muitos casos terdes sido vitoriosos, agora, quando ireis combatê-los com vossas forças reunidas e lhes sois numericamente superiores numa proporção excedente a dois para um, viésseis a ser vencidos” (POLÍBIO, 3, 109)

Aníbal, por outro lado, tendo disposto os celtas e iberos em uma formação que Políbio chama de crescente ou convexa, provocou a sensação de inchaço nas linhas centrais, atraindo os romanos para uma constante investida contra o centro cartaginês, tal qual estavam habituados a fazer.



Batalha de Canas (216 a.C.). In: KEPPIE, 1998: 27.

A situação estava posta em um grande risco, uma vez que o recuo dos celtas e iberos poderia causar o rompimento da linha de envolvimento e, conseqüentemente, levar as forças púnicas à desordem. O plano de Aníbal era arriscado, porém funcional, uma vez que sabia da superioridade da cavalaria celta diante da romana e da força da cavalaria númida, assim como confiava que seus infantes africanos dispostos nas

laterais como tropas de reserva pudessem entrar em ação quando a ameaça de rompimento da linha de frente cartaginesa se formasse³⁹.

Conforme o combate de cavalaria se desenrolava e os celtas montados rodeavam a retaguarda romana, indo auxiliar os númidas da outra ala, a cunha formada de infantes celtas e iberos cedia (indo de convexo para côncavo) até o momento em que o maciço corpo de legionários encheu uma espécie de “bolsa”. Os legionários, então cercados pelos africanos dispostos nos flancos, não foram capazes de oferecer resistência, mesmo estando em maior número. (LIDDELL HART, 1982: 55) Por fim, as forças montadas comandadas por Asdrúbal efetuaram cargas sucessivas em vários pontos na retaguarda romana, concluindo a manobra de envolvimento. (POLÍBIO, *História*, 3, 116)

De acordo com Victor D. Hanson, o massacre a que foram submetidos os romanos em Canas ilustra, como já dito anteriormente, o valor do militarismo cívico em sua ocorrência mais improvável, ou seja, “quando um exército mercenário demoliu a milícia de Roma” (HANSON, 2001: 11), na medida em que os romanos conseguiram se organizar para depois derrotar o inimigo. Neste sentido, durante o séc. III a.C., a legitimidade na luta pela cidade-estado repousava na constante retomada de valores marciais advindos do civismo dos tempos antigos.

3.2.2. Da batalha de Canas (216) ao consulado de Cipião, o Africano (205 a.C.)

A abordagem descrita acima aposta na força do exército cívico e na necessidade de sua relação com os outros aspectos característicos do modelo ocidental

³⁹ A ameaça de rompimento das linhas centrais era, aliás, necessária para a execução da manobra.

de guerra⁴⁰. Porém, apesar de todas as peculiaridades na delimitação da cidadania (diferente entre gregos e romanos, por exemplo), um elemento permanece nuclear: o apelo ao sentimento cívico e à defesa da cidade-estado. Nossa interpretação para a segunda guerra púnica pretende escapar a que mostra o soldado-cidadão como uma das chaves para a interpretação do sucesso romano em Zama (202 a.C.), concebido em relação direta ao fracasso de Canas.

Políbio defende que a força da constituição romana permitiu que pudessem retomar a conquista de seus territórios e ir mais além, incorporando todos a sua volta. O argumento da natureza da *politéia*, embora não seja nosso interesse analisá-la, constrói um dos campos necessários para a produção da “armadilha cívica”: cidadãos são formados por suas constituições, que os delimitam como sujeitos livres porque atuam na garantia da liberdade, a exemplo dos espartanos nas Termópilas, durante as guerras greco-pérsicas.

De acordo com o historiador grego:

“A derrota dos romanos era inegável e haviam perdido sua reputação marcial, mas a peculiaridade de sua *politéia* e a prudência de suas deliberações não somente permitiu que recobrassem o domínio da Itália, como também todos a sua volta” (POLÍBIO, 3, 9).

Uma outra interpretação possível é de que Aníbal pôde vencer e foi vencido especialmente devido às diversas adaptações da tática que melhor expressa os fundamentos clássicos de um modelo de guerra iniciado com os gregos e potencializado com Filipe II, sob a forma de tradição militar helenística. Sustentamos que essa proposta, sem ignorar outros aspectos, é capaz de aglutinar um conjunto de indícios que permitem apresentar a relevância da hipótese tática – a que delimita a formação de uma

⁴⁰ Evidente que o conceito de cidadania entre gregos e romanos é completamente diferente, existindo especificidades no próprio mundo grego (dependendo da época e da *pólis*).

tradição militar que leve em consideração diversas adaptações de planos de batalha e o desenvolvimento dos armamentos no cenário helenístico.

Após a batalha de Canas, “os exércitos romanos estavam divididos em um número de pequenas forças distribuídas em pontos vitais, como uma matilha de cães disposta ao redor de um leão” (GRANT, 1978: 119). Na seqüência do argumento de Grant, desdobrada da ênfase conferida à invasão de Aníbal e quase sempre devido ao impacto da batalha de Canas (mesmo entre historiadores antigos), a relevância das operações militares na Hispânia é ignorada ou caracterizada como “esfera secundária”. Exatamente por isso devemos considerar os aspectos múltiplos da Segunda Guerra Púnica, compreendendo a estratégia romana frente aos problemas enfrentados na península itálica com a expedição comandada por Aníbal.

Nos primeiros anos da guerra, o exército romano situado na Hispânia foi comandado por dois homens, ambos de nome Cipião (pai e filho). Sob sua atuação, Sagunto foi recapturada em 211 a.C. e serviu de base para as demais operações na região. Em 210, o Senado decidiu por delegar o comando das forças na Hispânia a Cipião, o que será designado posteriormente “Africano”, devido ao sucesso na investida contra a segunda área de controle do império cartaginês.

Segundo Michael Grant (1978: 121), logo após a conquista de Nova Cartago (209 a.C.), Cipião marchou para o centro da Hispânia, no intuito de combater Asdrúbal em Baecula, visando o aniquilamento das forças cartaginesas enquanto estavam separadas. Nesta ocasião, Cipião atacou o inimigo utilizando os homens levemente armados como “tropas de cobertura” (*screen*), induzindo pela movimentação tática a realização do princípio de envolvimento, da mesma maneira que Aníbal fizera na península itálica (em Canas, por exemplo).

Esta ocasião ilustra não somente a ampliação da flexibilidade tática referente ao exército romano, como também a aproximação do conhecimento militar de Cipião com o que pode ser caracterizado enquanto tradição militar helenística. Este momento, que é o de vitória romana sobre os sucessores de Asdrúbal (agora em marcha rumo a península itálica), torna-se crucial na interpretação da segunda guerra púnica devido ao caráter conclusivo da vitória, na medida em que muitos aliados romperam seus acordos com Cartago, resultando ao final do ano na perda definitiva de todos os territórios espanhóis.

Com o alarme provocado pela chegada de Asdrúbal à península itálica, que objetivava por sua vez juntar forças com Aníbal, o comandante romano Caio Cláudio Nero marchou para o rio úmbrio Metaurus (207 a.C.). Como Asdrúbal estava ávido por encontrar com o exército de seu irmão, e sabendo da proximidade das tropas romanas, optou por mover seu exército pelos desfiladeiros ao cair da noite, no intuito de não ser visto pelo inimigo durante a marcha. No entanto, falhou em seu plano e foi submetido ao combate, morrendo na primeira vitória romana caracterizada pelo choque de infantaria levemente armada, dada a natureza do terreno.

3.2.3. Do consulado de Cipião, o Africano (205 a.C.) à batalha de Zama (202 a.C.)

Passados dois anos da realização deste combate, momento em que Cipião é eleito cônsul, ocorre uma alteração estratégica fundamental por parte dos romanos. De um lado, representava a aplicação do mesmo princípio empregado por Aníbal quando optou por invadir a península itálica, isto é, atacar o inimigo em seu próprio território, levando todas as moléstias da guerra para próximo de suas cidades, ampliando o terror

e muitas vezes a ansiedade pelo fim do confronto. Por outro lado, significava que a organização da estratégia romana desenvolvida na Hispânia, que resultou em desequilíbrio da logística cartaginesa, permitiu um nível de organização a ponto de o Senado aprovar a solicitação de Cipião, quando propôs a invasão da África.

Em 204, com exército formado também por cavaleiros advindos de parte da Numídia, que haviam estabelecido aliança sob o comando do príncipe Masinissa, Cipião desembarcou no norte da África, não muito distante de Cartago. Diante das exigências por parte da aristocracia cartaginesa, Aníbal teve que retroceder a Cartago, pois além de não contar mais com abastecimento para o prosseguimento de sua campanha (uma vez que a Hispânia deixara de ser “cartaginesa”), não podia recusar a solicitação de defesa advinda diretamente da cidade de Cartago.

A movimentação de Cipião se deu no sentido de minar o suprimento de alimentos da capital inimiga, destruindo as reservas agrícolas ao redor da cidade e se instalado próximo a Zama, onde ocorreu a última batalha decisiva da segunda guerra púnica, em 202 a.C.⁴¹. O último ano do conflito foi marcado pelo aumento na hostilidade de ambos os lados, cientes de que o fim do conflito residia no choque frontal entre os dois exércitos: os cartagineses combatiam por sua sobrevivência, na tentativa de evitar o saque e a destruição de Cartago e os romanos lutavam, de acordo com a fonte, para vingar a situação do qual foram vítimas.

Nas palavras de Políbio (15, 3):

“Este era o sinal para a retomada da guerra com a crueldade e o espírito mais colérico. Os romanos, por um lado, encaravam-se como tendo sido tratados com perfídia, e se viram tomados por uma determinação furiosa direcionada a conquista dos cartagineses. Por outro lado, conscientes das conseqüências do que eles haviam feito, os cartagineses estavam prontos para

⁴¹ Uma discussão sobre a datação em Zama e sobre a presença de mercenários macedônios no exército cartaginês utilizado na África pode ser encontrada em T. A. Dorey (1957).

fazer o que fosse preciso para evitar cair nas mãos do inimigo. Com aquele sentimento animando ambos os lados, estava evidente que o resultado seria decidido em campo de batalha”.

Deve-se notar que em Zama, quando o contexto apontava para a inevitabilidade da batalha, estava disposto diante de Aníbal um exército flexível, forjado sob o comando de um romano que o treinou durante os anos que estiveram na Hispânia, conquistando territórios por meio de adaptações das táticas empregadas por Aníbal na península itálica.

Segundo Giovanni Brizzi (2002: 68), esta ocasião apresentava um problema duplo. Por um lado, Aníbal deveria combater de modo diferenciado, deixando de lado “os conceitos que tinham possibilitado suas vitórias precedentes, superados e tornados inaplicáveis por uma situação militar profundamente alterada”. Por outro lado, não poderia ignorar que em Zama não dispunha de excelente cavalaria núpida, indispensável em todas as suas concepções táticas empregadas em território romano.

Quando a batalha foi iniciada, Aníbal realizou uma manobra de envolvimento, acreditando que ao recuar as duas linhas do exército (uma para a ala esquerda e outra para a ala direita), os romanos se concentrariam em avançar com sua formação densa de três linhas focadas no choque frontal e retilíneo. No entanto, o cônsul romano também pensava poder envolver o exército cartaginês e, aproveitando-se da disposição habitual das legiões, ordenou que as duas últimas linhas se desdobrassem para as alas, obedecendo ao mesmo esquema proposto por Aníbal, mas de forma invertida.

Quanto à colisão das tropas de infantaria, Políbio (15, 12) argumenta em favor da superioridade dos romanos, apontando a uniformidade atingida pela defesa do bem comum como principal fator da vitória dos legionários:

“As linhas inimigas de infantaria pesada avançavam para o choque, confiantes e orgulhosas; exceto as ‘tropas italianas’ de Aníbal, que permaneceram na posição de origem. Quando se aproximaram um do outro, os romanos atacaram os inimigos, liberando seu tradicional grito de guerra e batendo suas espadas contra seus escudos, enquanto os mercenários cartagineses emitiram uma estranha confusão de gritos (...) a voz de todos não era uma só, assim como não era um único grito”.

Ao final do choque, quando os legionários gradualmente empurraram as duas linhas laterais do exército cartaginês para uma formação cada vez mais convexa, o resultado da batalha ficou a cargo dos númidas, que retornaram ao cenário principal de Zama (após bater a cavalaria inimiga) e concluíram o cerco dos cartagineses.

Ao fim da batalha, poucos cartagineses sobreviveram e daí por diante a Segunda Guerra Púnica pode ser considerada encerrada. A prova desse fim se deu especialmente quando o próprio Aníbal, sobrevivente de Zama, propôs ao conselho cartaginês que o mesmo aceitasse as pesadas condições impostas pelos romanos, nas negociações de paz. Esquematizando, os cartagineses tiveram sua frota limitada e Masinissa se tornou rei de toda a Numídia, além do fato de Cartago, daí por diante, permanecer submetido ao consenso dos romanos, quando optasse por entrar em guerra com outro povo.

Exemplificando pelo argumento de Políbio quando do choque de infantarias durante a batalha de Zama, sua explicação para a vitória romana na guerra advém do fato dos legionários lutarem pelo que a todos pertence e de modo consentido, na medida em que o recrutamento neste momento é cívico e não profissional. Por outro lado, no que se refere ao exército mercenário dos cartagineses, a habilidade tática é exaltada, mas submetida no enredo polibiano (e no produto historiográfico analisado – o modelo ocidental de guerra) a força obtida pela execução do dever cívico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da elaboração do modelo ocidental de guerra, produto historiográfico que visa legitimar ações militares ocidentais nas chamadas “áreas de tensão”, Victor Davis Hanson pensou uma unidade de valores e sua conseqüente defesa especialmente por meio do argumento do militarismo cívico. Nesses termos, os que teoricamente possuem preservados os direitos políticos, seja na participação direta (caso antigo) ou na representatividade (caso moderno), lutam mais arduamente e quase sempre atingem a vitória.

De acordo com nossa proposta, este argumento é produzido pelo que caracterizamos como “armadilha cívica”, ou seja, a submissão da historiografia à postura desenvolvida pela fonte. Deve-se ressaltar que não existiu em nosso trabalho a defesa do abandono das fontes ou mesmo o questionamento quanto à validade das informações extraídas de Políbio, mas apenas a produção de uma outra abordagem possível da Segunda Guerra Púnica, por acreditarmos que é neste exemplo que o soldado-cidadão é apresentado (ao longo da construção do modelo ocidental de guerra) de forma mais contundente.

Em primeiro lugar, a “armadilha cívica” se torna possível devido à aceitação de fronteiras internas na produção do conhecimento histórico, que são naturalizadas a agem como reforço na idéia de um mundo ocidental, da maneira como descrito por Hanson (2001, xv):

“Ao longo deste livro, uso o termo ocidental (*western*) para me referir a cultura da Antigüidade Clássica que emergiu na Grécia e em Roma; sobreviveu ao colapso do Império Romano; difundiu-se pelo oeste e norte europeu; em seguida, durante os grandes períodos de exploração e colonização dos séculos XV a XIX; expandiu-se pelas Américas, Austrália e por regiões da Ásia e África; e que agora exerce poder político, econômico,

cultural e militar global muito maior do que poderia sugerir o tamanho de seu território ou população”.

Por meio desta concepção de história ocidental, fruto de “eurocentrismo compulsório”, o ardor combativo do soldado-cidadão se torna tema recorrente na abordagem desenvolvida por Hanson, especialmente no que se refere ao período de “formação” do modelo ocidental de guerra. A partir dos aspectos relacionados por Parke (2005), percebemos a Segunda Guerra Púnica como elemento relevante na construção da superioridade militar cívica, fazendo emergir a submissão do produto historiográfico ao testemunho de Políbio.

Assim, propusemos ao longo deste trabalho uma explicação para a vitória romana na guerra contra Aníbal, a partir das adaptações táticas advindas da tradição militar helenística, pautada na integração expressa principalmente no envolvimento campal de tipo macedônico. A formação desta tradição militar, concebida por meio da difusão de elementos táticos persas no modelo grego de guerra, permitiu que Filipe II, tendo assimilado as inovações concebidas pelo tebano Epaminondas, organizasse um exército que integrasse forças de cavalaria, infantaria levemente armada e falange modificada de hoplitas profissionais.

Com a alteração profunda no cenário militar do séc. IV a.C., os cartagineses do norte da África conheceram a tradição militar helenística a ponto de reformar seu exército durante a Primeira Guerra Púnica, possibilitando que Aníbal, alguns anos depois, prosseguisse com o desenvolvimento tático da máquina militar cartaginesa e a direcionasse contra a própria cidade de Roma. Desse modo, o mapeamento dos dispositivos táticos, do encontro das duas tradições militares ao Mediterrâneo do séc. III a.C., permite que a vitória romana seja vista a partir da organização tática elaborada por Cipião, quando o mesmo observou por vários anos o desenvolvimento das

concepções de Aníbal e suas aplicações nas batalhas decisivas travadas pelo exército cartaginês.

No decorrer da análise tornou-se viável, em harmonia com o estudo das táticas empregadas no confronto entre romanos e cartagineses, mesclar a explicação alternativa da guerra ao aspecto mais marcante da narrativa de Políbio. Em outras palavras, ao narrar como a guerra se deu (tendo em vista o objetivo último, que é mostrar a confluência de histórias isoladas em uma única – a conquista do mundo pelos romanos), o historiador grego acentuou, durante a análise das táticas empregadas, o valor marcial do soldado-cidadão.

O limite normativo do modelo ocidental de guerra, isto é, a naturalização da forma chamada “ocidente” de modo a possibilitar uma argumentação pautada na defesa do militarismo cívico como força bélica, produz o que chamamos de “armadilha cívica” e faz com que a interpretação acerca da Segunda Guerra Púnica permaneça submetida à postura de Políbio, especificamente no que se refere ao argumento do soldado-cidadão. Tal abordagem pode ser (e pretende-se que tenha sido nesta dissertação), a fim de garantir uma ampliação nas possibilidades interpretativas válidas, questionada nesses princípios e criticada por meio da perspectiva que saliente as adaptações dos dispositivos táticos como mecanismo explicativo para o contexto geral da guerra de Aníbal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A) Documentos Textuais

ARRIANO. *Anabásis de Alejandro Magno (I – III)*. Madrid: Gredos, 1982.

AESCHYLUS. *Persians*. London, Cambridge: Harvard University Press, 1926.

[www.perseus.tufts.edu] Acesso em 17 de dezembro de 2007.

HERODOTUS. *The Persian Wars (IV): Books 8-9*. London, Cambridge: Harvard University Press, 1989.

HOMERO. *Ilíada*. Tradução dos versos de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

POLYBIUS. *The histories*. London, New York: Macmillan, 1889.

[www.perseus.tufts.edu] Acesso em 17 de dezembro de 2007.

_____. *Histórias*. Madrid: Gredos, 1991.

B) Obras Gerais

ALFÖLDY, Géza. *A história social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.

ANDERSON, Perry. O mundo helênico. In: _____. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2001. pp. 44 – 50.

ARON, Raymond. *Dimensiones de la conciencia histórica*. México: Fondo de cultura económica, 1992.

BRIZZI, Giovanni. *Il Guerriero, L'oplita, il Legionario*. Bolonha: Società editrice il Mulino, 2002.

CASPARI, M. O. B. The battle of lake Trasimene. *The English historical review*. Oxford, vol. 25, pp. 417-429, 1910.

CLAUSEWITZ, Carl Von. A natureza da Guerra. In: *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. pp. 7-90.

CREASY, Edward S. *Fifteen decisive battles of the world: from Marathon to Waterloo*. New York: Da Capo Press, 1994.

FERRILL, Arther. *The Origins of War*. New York: Westview Press, 1997.

_____. *A Queda do Império Romano: a explicação militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

FRANK, Tenney. Placentia and the battle of the Trebia. *The journal of Roman Studies*. London, v. 9, p. 202-207, 1919.

FULLER, J. F. C. *A military history of the western world (I): from the earliest times to the battle of Lepanto*. New York: Da Capo Press, 1987.

FUNARI, Pedro Paulo A. Guerra do Peloponeso. In: MAGNOLI (org.). *História das guerras*. São Paulo: Contexto, 2006. pp. 19-45.

GRANT, Michael. *History of Rome*. Nova York: Charles Scribner's sons, 1978.

GUARINELLO, Norberto L. *Imperialismo greco-romano*. São Paulo: Ática, 1987.

_____. Uma Morfologia da História: as formas da História Antiga. *Politeia, Vitória da Conquista*, v. 3, n. 1, p. 41-62, 2003.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade. In: SILVA (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 103-133.

HAMMOND, N. G. L. *O gênio de Alexandre, o Grande*. São Paulo: Madras, 2005.

HANSON, V. D. *Why the west has won*. Nova York: Faber and Faber: 2001.

_____. The status of ancient military history: traditional work, recent research, and on-going controversies. *The Journal of Military History*, vol. 63, nº 2, 1999, pp. 379-413.

_____. The western way of war: infantry battle in classical Greece. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1989.

_____. Hoplite obliteration: the case of the town of Thespieae. In: CARMAN, John; HARDING, Anthony (eds.) *Ancient warfare*. London: Sutton, 2004. pp. 203-218.

HART, Liddell. *As grandes guerras da história*. São Paulo: Ibrasa, 1982.

JULLIEN, François. *Tratado da eficácia*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

KAGAN, Donald. *A Guerra do Peloponeso*. Rio de Janeiro, RECORD, 2003.

_____. *The origins of war and the preservation of peace*. New York, Anchor: 1996.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

KEPPIE, Lawrence. *The making of the roman army*. Oklahoma: Oklahoma press, 1998.

LAZENBY, J. F.; WHITEHEAD, David. The myth of hoplite's hoplon. *The Classical Quarterly*. Cambridge, v. 46, p. 27-33, 1996.

LONDON, J. E. *Soldiers & ghosts: a history of battle in classical antiquity*. New Haven: Yale University Press, 2005.

LÉVÈQUE, Pierre. *O mundo helenístico*. Lisboa: Edições 70, 1987.

LYNN, John. Written in blood: the classical greek drama of battle and the western way of war. In: *Battle: a history of combat and culture*. Boulder, Westview Press, 2003. pp. 1-28.

MOSSÉ, Claude. *Alexandre, o Grande*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

_____. *A Grécia arcaica de Homero a Ésquilo*. Lisboa, Edições 70, 1984.

NILSSON, Martin P. The introduction of hoplite tactics at Rome: its dates and its consequences. *The journal of roman studies*. London, v. 19, p. 1-11, 1929.

- PARKER, Geoffrey (ed.). *The Cambridge history of warfare*. Cambridge, Cambridge Press, 2005.
- RICE, E. E. *Alexandre, o Grande*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- RÜSEN, Jörn. A história entre a modernidade e a pós-modernidade. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 14, nº 26/27, p. 80 – 101, jan./dez. 1997.
- SABIN, Philip. The face of roman battle. *The journal of roman studies*. London, v. 90, p. 1-17, 2000.
- SALMON, E. T. The strategy of the second punic war. *Greece & Rome*. Cambridge, v. 7, p. 131-142, 1960.
- SANT'ANNA, Henrique Modanez. Mercenarismo grego e tradição militar helenística: uma análise das questões bélicas no Mediterrâneo do séc. III a.C. *Liber Intellectus*, Goiânia, v2., nº 2, p. 1-17, jul/dez, 2007.
- SCULLARD, H. H. Carthage. *Greece & Rome*. Cambridge, v. 2, p. 98-107, 1955.
- SIDEBOTTOM, H. *Ancient warfare*. London: Oxford, 2004.
- SNODGRASS, A. M. The hoplite reform and history. *The journal of Hellenic studies*. London, v. 85, p. 110-122, 1965.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. *O mundo de Homero*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- WARRY, John. *Alexander 334-323 BC: Conquest of the Persian Empire*. Oxford, Osprey campaigns series v. 7, 1991.
- WESS, Hans Van. The Homeric way of war: The 'Iliad' and the hoplite phalanx (II). *Greece & Rome*. Cambridge, 2 nd ser., vol. 41, nº 2, oct. 1994, pp. 131-155.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)